



**INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS**  
**Escritório no Brasil**

**Circulação interna**

**DIRETRIZES PARA A AÇÃO**  
**DO IICA NO BRASIL**

**1980**

IICA CH BR 630.7 I5878d 1980

1107  
D. BRISIL

BRASIL 630.7 J5948J 1980

**Circulação interna**

**DIRETRIZES PARA A AÇÃO  
DO IICA NO BRASIL**

**Brasília, outubro de 1980**



## APRESENTAÇÃO

Em setembro do ano passado, por ocasião da XXIII Reunião do Conselho de Diretores do IICA, realizada em São José, Costa Rica, apresentamos algumas idéias e sugestões sobre as diretrizes que orientariam as ações do Instituto no País.

Essas diretrizes resultaram, basicamente, de indicações da Reunião de Programação de Brasília (abril de 1979) e da necessidade de serem feitos alguns ajustes nas nossas atividades, em virtude das mudanças e orientações emanadas da nova Administração Federal que acabava de assumir o Governo em 15 de março desse mesmo ano.

Este documento, que agora se apresenta durante a XXIV Reunião do Conselho de Diretores, resume o esforço desenvolvido pelo Instituto, à base da experiência acumulada e das realizações dos últimos anos em apoio às estratégias, prioridades e metas da agricultura brasileira.

Apresenta, por outro lado, uma síntese de medidas de natureza técnica e administrativa que estão sendo adotadas para fortalecer as operações do Instituto no País, além de um resumo do seu Programa Operativo para o ano de 1981.

Rio de Janeiro, novembro de 1980

J. Irineu Cabral  
Diretor do Escritório do IICA  
no Brasil

This One



KT4X-0BB-LYPR



## SUMÁRIO

|      |   |    |
|------|---|----|
| I.   | POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL .....  | 1  |
|      | 1. Período 1970/1973 .....  | 1  |
|      | 2. Período 1974/1979 .....  | 1  |
|      | 3. Diretrizes Atuais (1980) .....   | 3  |
| II.  | AÇÃO DO IICA NA DÉCADA DE 70 .....  | 6  |
| III. | DIRETRIZES PARA A AÇÃO DO IICA NO BRASIL .....  | 7  |
|      | 1. Estratégias básicas .....  | 7  |
|      | 2. Áreas de concentração .....  | 9  |
|      | ÁREA I -Subsídios para o programa de cooperação<br>técnica na área de agroenergia ..... | 9  |
|      | ÁREA II -Desenvolvimento da agricultura integrada .                                     | 24 |
|      | ÁREA III -Apoio à organização de pequenos produtores                                    | 28 |
|      | ÁREA IV -Educação para o desenvolvimento rural ....                                     | 35 |
|      | ÁREA V -Outros projetos .....   | 39 |
|      | 3. Programas Multinacionais com Projetos no Brasil ....                                 | 40 |
|      | A. IICA-TRÓPICOS .....  | 40 |
|      | B. Sanidade Animal .....  | 40 |
|      | C. Participação da Família e da Mulher no<br>Desenvolvimento Rural .....                | 41 |
| IV.  | AÇÃO DO IICA EM 1980 .....  | 41 |
|      | 1. Área técnica .....   | 42 |
|      | A - Agroenergia .....   | 42 |
|      | B - Desenvolvimento da agricultura irrigada .....                                       | 43 |
|      | C - Organização de pequenos produtores .....  | 45 |
|      | D - Educação para o desenvolvimento rural .....   | 46 |
|      | E - Programas Multinacionais com Projetos sediados<br>no Brasil .....                   | 47 |
|      | F - Outros Projetos .....   | 48 |
|      | 2. Aspectos Operacionais .....  | 52 |
| V.   | PROGRAMA-OPERATIVO 1981 .....   | 54 |
|      | ANEXO 1   |    |



## I. POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL

### 1. Período 1970/1973

Uma análise da evolução da política agrícola brasileira coloca em destaque, na década que termina, alguns aspectos relevantes que poderiam ser assim resumidos:

- a. O País experimentou altos índices de crescimento econômico.
- b. A inflação, que havia atingido taxas elevadíssimas no primeiro período dos anos 60, alcançou índices dos mais baixos nos últimos 20 anos.
- c. A balança de pagamentos manteve-se equilibrada, destacando-se a participação das exportações de produtos agropecuários (tomando-se em conta os altos preços internacionais da soja, açúcar, café, cacau, suco de laranja, carnes e outros).

O período caracterizou-se por um "modelo de tipo exportador" com acentuada participação do Estado na economia, reinando, então, uma euforia generalizada no comando do setor público e nos meios empresariais.

Deve-se destacar, ainda, nesse período, um esforço orientado para expansão da fronteira agrícola, de modo particular, com a construção da Rodovia Transamazônica e o seu processo de colonização. Grave seca no Nordeste do País chamou, mais uma vez, a atenção para os sérios problemas sócio-econômicos da Região, resultando daí a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e o PROTERRA.

Permaneceram, entretanto, no período, apesar dos enormes investimentos realizados em obras de infra-estrutura e dos progressos da economia como um todo, sérios problemas de natureza social, tais como distribuição da renda, crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, limitado atendimento educacional, desequilíbrios regionais, concentração do crédito, questões fundiárias e outros diretamente afetando as condições de vida da população rural, de modo particular a de baixa renda.

### 2. Período 1974/1979

A crise do petróleo, deflagrada nos fins de 1973, provocou profundo impacto negativo na economia mundial, em forma particular no Brasil, afetando seu intercâmbio comercial com os países tradicionais compradores de produtos agrícolas. Ressaltam-se os seguintes aspectos:

- a. Acentuada defasagem entre os preços dos produtos agrícolas para exportação e os dos manufaturados e bens de consumo importados, gerando um sério desequilíbrio no balanço de pagamento:
- b. Os países industrializados, no intuito de controlar os efeitos da crise do petróleo para suas economias, começam a reduzir e estabilizar seu volume de compras
- c. Constata-se o recrudescimento do processo inflacionário, com a consequente elevação desenfreada nos preços.

Acrescente-se a essa situação a ocorrência de fatores climáticos adversos que atingiram, duramente, a normalidade dos ciclos agrícolas, praticamente em todas as principais zonas produtoras de alimentos, obrigando, em alguns casos, à importação de maiores quantidades de produtos agropecuários essenciais ao consumo popular (carne, leite, feijão, arroz, milho, trigo).

Apesar do panorama de dificuldades no período, a agricultura brasileira foi capaz de responder aos estímulos econômicos existentes e apresentar incrementos na oferta de produtos agropecuários, especialmente os de exportação, como soja, café e cacau.

Frente à crise de combustíveis, o Governo teve de acionar um elenco de instrumentos de política econômica destinados a enfrentar a situação criada e manter os índices de crescimento alcançados anteriormente. De outro lado, continuaram os investimentos sociais e os de infra-estrutura, com maior intensidade em áreas consideradas estratégicas ao desenvolvimento nacional.

O esforço governamental de apoio ao desenvolvimento da agricultura, nesse período, sintetiza-se assim:

- a. Significativo incremento da oferta de crédito rural.
- b. Implantação do Seguro Agrocreditício.
- c. Incentivo aos projetos de reflorestamento e pesca.
- d. Ampliação da rede de armazenagem e facilidades físicas de abastecimento.
- e. Implantação dos "Programas Especiais": POLOAMAZÔNIA, POLONORDESTE, POLOCENTRO e outros destinados a expandir e racionalizar a ocupação da fronteira agrícola.
- f. Implantação de programas de educação formal e não-formal para o meio rural.

Especial atenção e prioridade foram, também, atribuídas ao fortalecimento institucional do Ministério da Agricultura, com

ênfase na implantação do "Sistema Nacional de Planejamento Agrícola", ao lado da implantação e consolidação dos Sistemas de Investigação Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRAPA e EMBRATER), início efetivo de um esforço profundo e amplo visando a criar condições de apoio à chamada "modernização" da agricultura nacional.

Não resta a menor dúvida, sob esses aspectos, que foi evidente o esforço governamental desenvolvido, apoiado por expressivos segmentos do setor privado.

Entretanto, face aos aumentos crescentes dos preços internacionais do petróleo e aos outros fatores já mencionados, persistiram as elevações dos índices inflacionários, o aumento do custo de vida, além de sinais evidentes da permanência de desequilíbrios regionais e desigualdades na distribuição da renda nacional.

O período 1974/1979, em resumo, pode ser visto como muito crítico, embora se observe o esforço obstinado do Governo para conciliar uma política de crescimento moderado da economia, manter as exportações em nível crescente e continuar com os investimentos sociais tendentes a melhorar as condições de vida das populações de mais baixa renda, além do projeto político-institucional visando à redemocratização do País.

### 3. Diretrizes Atuais (1980)

O agravamento da crise energética persiste. Suas consequências no balanço de pagamento e a escassez de alimentos se constituem em importantes fatores de intensificação do ritmo inflacionário.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento atribui alta prioridade ao setor agropecuário, conferindo-lhe decisivo valor estratégico para ampliar a oferta de alimentos, contribuir para o incremento das exportações, gerar fontes renováveis de energia, aumentar a oferta de empregos, propiciando a melhoria na distribuição da renda e na qualidade de vida, particularmente da população rural.

A agricultura passou a ser, assim, uma clara opção na estratégia do desenvolvimento econômico nacional.

As medidas do Governo e as tendências verificadas no ano de 1980 indicam as seguintes diretrizes de política agrícola:

- a. o Ministério da Agricultura passa a ter maior participação no processo de formulação e decisão da política de desenvolvimento para o setor;

- b. maior ênfase na produção de alimentos, especialmente os de consumo popular para atenuar o aumento do custo de vida e inflação;
- c. adoção de medidas no sentido de ser ampliada e melhor aproveitada a atual fronteira agrícola, com ênfase em áreas de elevado potencial produtivo, tais como: a criação do POLONOROESTE para os Estados de Mato Grosso e Território de Rondônia e do Projeto Carajás (componente agropecuário) para os Estados de Goiás, Pará e Maranhão;
- d. apoio decidido a novos programas de pesquisa e produção de energia derivada de biomassa (produção de álcool, óleos vegetais para substituição do diesel, biogás e outros);
- e. reexame dos programas de apoio ao desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, com vistas a possíveis medidas de coordenação institucional, maiores investimentos, visando, prioritariamente, o fortalecimento da estrutura hídrica da Região Nordeste e a eliminação de focos de tensão social, mediante a agilização do processo de titulação de terras públicas (a meta para 1980 pretende alcançar a entrega de 100.000 títulos de terra, a pequenos produtores);
- f. preocupação em assistir e organizar os produtores de baixa renda a fim de que participem, efetivamente, dos benefícios e estímulos da política agrícola e se tornem, cada vez mais, fator decisivo na produção de alimentos;
- g. apoio a programas de capacitação de recursos humanos, treinamento de mão-de-obra e educação formal e não-formal nas áreas rurais;
- h. racionalização do aproveitamento dos recursos naturais da Região Amazônica, dentro do contexto do Tratado de Cooperação Amazônica.

De outra parte, a implementação da política de desenvolvimento do setor agropecuário indica a seguinte orientação:

- a. propósito de melhorar a coordenação interministerial de ação do Governo, visando à consecução de objetivos que se harmonizem com a oferta e comercialização de alimentos, produção de energia e melhoria das condições de vida do produtor de baixa renda;

- b. ênfase, em uma primeira etapa, em medidas que possam provocar resultados a curto prazo, notadamente através da aplicação de instrumentos de política econômico-financeira, entre os quais destacam-se: crédito rural de custeio; seguro creditício; ampla garantia de preços mínimos e compra antecipada da produção;
- c. canalização de um volume maior de recursos para o setor, notadamente via incremento da oferta de crédito rural de custeio agrícola;
- d. tendência à descentralização da execução das políticas governamentais, mediante maior delegação de responsabilidades aos Governos dos Estados e a instituições do setor privado (Cooperativas, empresas especializadas, etc).

Embora a atual tendência do "modelo de desenvolvimento agrícola" não o esteja configurando como essencialmente exportador, a exemplo do passado recente, o setor ainda é considerado como fundamental no processo de geração de divisas necessárias ao financiamento das importações e à cobertura dos serviços da dívida externa.

Medidas de efeito a médio e longo prazo estão previstas, com o fim de assegurar o contínuo aumento da produtividade.

As ações relacionadas com a estrutura fundiária voltam-se mais à ampliação dos projetos de ocupação do Norte do País e aos projetos de irrigação no Nordeste e Centro-Oeste. As áreas de maior tensão social estão recebendo tratamento especial através da criação de Grupos Executivos de Trabalho.

Reina no País um ambiente de grande expectativa em torno da prioridade agrícola, mobilizando, de uma forma ou de outra, as lideranças políticas e do empresariado, dos trabalhadores e técnicos de instituições públicas e privadas do setor, assim como das populações urbanas diretamente envolvidas no complexo processo de abastecimento de gêneros alimentícios.

A preocupação em assegurar uma oferta normal de alimentos básicos produzidos no País, para abastecimentos dos centros urbanos, tem sido, não resta dúvida, aspecto decisivo no contexto da política agrícola nacional.

## II - AÇÃO DO IICA NA DÉCADA DE 70

O IICA, especialmente na década de 70, desenvolveu suas atividades orientadas, basicamente, ao fortalecimento institucional do Setor Público Agrícola, podendo-se mencionar uma série de importantes projetos e atividades de cooperação técnica com diversas instituições nacionais, as quais destacamos:

- a. participação na implantação e desenvolvimento do Sistema de Investigação Agropecuária do País (EMBRAPA);
- b. participação na implantação do Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (MAG-SUPLAN);
- c. desenvolvimento de metodologias para a planificação agrícola regional, de modo especial o diagnóstico sócio-econômico da região cacauzeira da Bahia; levantamento dos recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul; programa de investimentos integrados para o setor agropecuário do Rio Grande do Sul e manejo de perímetros irrigados no vale do São Francisco;
- d. participação na capacitação de recursos humanos, especialmente para o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola e para os organismos vinculados ao Ministério do Interior encarregados da implantação de projetos de irrigação, através de cursos, reuniões técnicas, seminários, estágios de campo;
- e. desenvolvimento de metodologias e operação de projetos de irrigação (Vale do São Francisco e Estado do Rio de Janeiro);
- f. estabelecimento de mecanismos de articulação com Organismos Internacionais Financeiros para Administração de Projetos (EMBRAPA-BID-BIRF);
- g. estabelecimento de mecanismos especiais para captação de recursos financeiros nacionais destinados a estudos e projetos prioritários do interesse do Governo Federal e dos Estados;
- h. apoio ao aperfeiçoamento do ensino das ciências agrárias (ABEAS);
- i. participação no desenvolvimento de um Sistema Integrado de Educação Rural (SIER) no Estado de Pernambuco;
- j. contribuição ao melhoramento do desempenho das Centrais de Abastecimento do Nordeste do Brasil e à implantação

da Secretaria Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura (SNAB-MA);

- k. apoio ao desenvolvimento da Região Cacaueira (CEPLAC);
- l. apoio ao desenvolvimento da Região dos Trópicos Úmidos (Amazônia).

O IICA, por outro lado realizou muitas atividades específicas de Cooperação Técnica às instituições nacionais, durante esse período, particularmente através de assessoramento com técnicos do Escritório do Brasil e da Direção Geral em São José, Costa Rica, além de consultores.

### III - DIRETRIZES PARA A AÇÃO DO IICA NO BRASIL

#### 1. Estratégias básicas

O elenco de princípios, abaixo indicados, observadas as orientações constantes do Plano Geral do Instituto e a política agrícola do Governo, servirá de marco de referência para as ações futuras no Brasil.

- a. Compatibilização das atividades do IICA com as prioridades da política agropecuária definidas pelo Governo.
- b. Prioridade para Projetos cujos objetivos estejam, diretamente, orientados:
  - . à produção de alimentos;
  - . à produção de energia derivada de recursos naturais renováveis (biomassa);
- c. Esses Projetos serão executados em "Áreas de Concentração", principalmente:
  - . no apoio aos produtores de baixa renda, em particular nas suas formas de organização;
  - . no desenvolvimento de uma política e implantação de atividades com programas e projetos de pequena e média irrigação;

- d . Com a finalidade de apoiar a execução dos projetos prioritários e o desenvolvimento das "Áreas de Concentração", o IICA dará atenção especial às seguintes atividades:
- . Geração e transferência de tecnologia.
  - . Educação rural, treinamento de profissionais e capacitação de mão-de-obra rural.
  - . Crédito e seguro agrícolas.
  - . Comercialização e abastecimento.
  - . Agro-indústria.
- e . Na execução dos Projetos, procurar-se-á desenvolver, em forma harmônica, ações de âmbito nacional, regional e local, com o propósito de produzir efeitos e/ou resultados multiplicadores da ação do IICA no País.
- f . Deverá, ainda, o IICA concentrar seus esforços em Projetos e atividades com potencialidade para produzir impacto significativo de tipo institucional, ou de caráter técnico-econômico-social, evitando-se a pulverização dos recursos disponíveis.
- g . O processo de identificação, elaboração, análise e aprovação de Projetos novos, assim como Convênios de Cooperação ajustar-se-ão a estas Diretrizes e Princípios, assim como às normas e procedimentos adotados pelo IICA sobre a matéria.
- h . Na programação e execução das atividades, deve-se procurar alcançar o máximo de integração entre as Linhas de Ação do Instituto e entre os Projetos de uma mesma Linha, buscando, como consequência, a melhor utilização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.
- i . Recomenda-se a participação em programas e projetos com abordagem de desenvolvimento regional, especialmente nas áreas localizadas no Trópico Úmido e nas Regiões Semi-Árida e dos Cerrados do País.
- j . O Instituto atuará estreitamente em forma coordenada com os organismos que tratam dos assuntos internacionais dentro do MA, MRE e SEPLAL.

## 2 - Áreas de concentração

A cooperação técnica que o IICA prestará para apoiar os esforços das instituições nacionais se desenvolverá, basicamente, através das seguintes "Áreas de Concentração":

### ÁREA I - SUBSÍDIOS PARA O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE AGROENERGIA

#### a. POSIÇÃO DO BRASIL FRENTE À CRISE ENERGÉTICA

São inquietantes os desajustes crescentes a que vem sendo submetida a economia brasileira, a partir de 1973, em face dos preços ascendentes do petróleo, notadamente, em relação ao processo inflacionário, balanço de pagamentos e dívida externa.

Embora elevada a taxa de consumo de energia, 5% a.a. no período de 1970-1975 e 6,4% nos últimos 10 anos, observa-se que o Brasil está distante de muitos países em termos de consumo "per capita". Comparativamente aos E.U.A, que detêm o mais alto nível de consumo "per capita" de energia, o consumo brasileiro em 1975, de 0,86 toneladas equivalentes de óleo cru (TEOC), foi 12 vezes menos que o daquele país.

As projeções do balanço energético indicam que para 1985, o petróleo continuará sendo a principal fonte de energia, com a segunda posição para a energia elétrica.

O padrão de consumo a que o Brasil tende a ajustar-se apresenta certa rigidez, a menos que haja substancial modificação na fonte de energia para os transportes de carga e da população, através da substituição de combustível por energia elétrica. Esta hipótese, aparentemente viável a longo prazo, tem limitações a curto prazo, principalmente pelo alto custo e pela lentidão de maturação dos investimentos.

A observação do consumo histórico de energia primária revela uma tendência crescente da participação dos combustíveis fósseis (não renováveis) e a tendência decrescente do consumo de combustíveis renováveis, especialmente em relação à biomassa vegetal.

Em relação ao consumo de energia primária em 1978, representando 110 milhões de toneladas equivalentes de petróleo .... (T.E.P.) existe uma dependência externa de 40%. Em relação ao petróleo, essa dependência é de 85%.

As projeções para o período de 1979/2000, do consumo médio anual, considerando uma taxa de 6% comparativamente a uma hipótese de reservas constantes (reservas conhecidas em 1978) por todo o período, indicam que haveria um exíguo saldo de 1,43 bilhões de T.E.P.. Esta hipótese possivelmente não ocorrerá em função das possibilidades de expansão das reservas fósseis e do aproveitamento das fontes renováveis.

Face ao quadro anterior, o País se defronta com um elenco de desafios para superar o problema energético que pode ser assim sintetizado:

- . adequação da oferta relativamente às reservas nacionais de combustíveis fósseis;
- . substituição de combustíveis fósseis por fontes não tradicionais renováveis:
  - aproveitamento dos agroenergéticos;
  - aproveitamento de outras fontes renováveis (energia solar direta e eólica e aproveitamento de pequenos caudais hídricos);
  - aproveitamento do potencial de geração de eletricidade;
  - aproveitamento da energia nuclear.

As diretrizes gerais do Governo para enfrentar estes desafios buscam uma abordagem no sentido de:

- . reconhecer as soluções a longo prazo que envolvem possibilidades de substituição total do petróleo importado;
- . atacar, inicialmente, os problemas conjunturais da crise energética, tais como:
  - substituição da gasolina e do óleo diesel consumidos no setor de transportes, pelo álcool carburante hidratado e a necessária produção de veículos com motores apropriados a esse combustível;
  - substituição do óleo combustível utilizado na indústria de cimento pelo carvão mineral energético nacional;
  - medidas para conservação de energia na indústria.

A fim de assegurar que a oferta de energia seja compatível com um ritmo desejável de crescimento entre 7 e 8% a.a., será necessário satisfazer uma demanda presumível de 600 milhões de barris de petróleo/ano.

Para reduzir a dependência de petróleo importado, estão propostas as seguintes metas de substituição:

- . petróleo e xisto, 150 milhões de barris/ano;
- . biomassa (etanol, carvão vegetal e lenha) 70 milhões de barris/ano;
- . carvão mineral e gás natural, 40 milhões de barris/ano;
- . energia solar e outras fontes, 10 milhões de barris/ano e conservação de energia, 80 milhões de barris/ano.

A meta de substituição proposta é de 350 milhões de barris/ano.

Em relação ao esforço a ser desenvolvido para a substituição dos derivados de petróleo, particularmente na área da "biomassa", o Governo pretende apoiar a iniciativa privada nacional, financiando parte substancial do Programa.

As experiências empresariais agrícolas e agroindustriais colocaram a cana-de-açúcar em primeiro lugar, relativamente às possibilidades de respostas mais rápidas na produção de álcool. Num segundo horizonte de respostas, estão a mandioca, o sorgo sacarino e a madeira.

O "Modelo Energético Brasileiro" permite alinhar os seguintes componentes básicos que conformam a estratégia para substituição de combustíveis a partir da agricultura:

#### Álcool de cana

A meta de álcool de cana de 10,7 bilhões de litros, equivalentes a 154.000 B.E.P/dia, foi fixada para 1985 a partir:

- . de protocolo assinado entre o Governo e a indústria automobilística. Isto está relacionado com a expectativa de conversão de veículos para uso de álcool e com as metas da indústria para a produção de veículos a álcool. Estima-se uma frota de 250 mil e 2 milhões de veículos, respectivamente em 1980 e 1985. Esta frota deverá consumir 6,1 bilhões de litros de álcool hidratado;
- . adição de álcool anidro à gasolina, na proporção de 20%, estimada em 3.1 bilhões de litros;
- . utilização para a álcoolquímica, estimada em 1,5 bilhões de litros;

A mandioca e o sorgo sacarino oferecem condições favoráveis para complementação de matérias-primas para a indústria, no

sentido de assegurar a plena utilização das usinas (280 a 300 dias).

O esforço governamental em relação a estes produtos está concentrado em 1980 em pesquisas e demonstrações de variedades e processos industriais.

Em relação ao álcool de madeira, o processo já é conhecido no exterior. No País, o processo industrial está em fase de pesquisa, adaptação e demonstração. A medida governamental para promover esta fonte energética se consubstancia na criação de uma empresa de economia mista, (COALBRA) destinada a desenvolver um projeto em escala industrial.

Outras medidas de política de apoio à produção de álcool:

- . aplicar-se-á o critério de que o preço do álcool seja homogeneizado com o da gasolina, no sentido de que seu menor preço absoluto compense sua menor eficiência energética;
- . reduzir-se-á o imposto sobre o emplacamento de veículos movidos a álcool;
- . ampliar-se-ão os prazos para financiamento de veículos movidos a álcool.

Para que o programa do álcool cumpra a função sócio-econômica de incorporar pequenos e médios produtores, aumentar o nível de emprego agrícola e gerar melhor renda, será necessário tratamento especial do Governo, a efeito de estimular a implantação de "mini" e "micro" usinas, a nível de pequenos e médios produtores ou de suas organizações.

O Ministério da Agricultura, com vistas a estimular a redução de custos de transporte do álcool das grandes usinas para locais distantes, está estudando e demonstrando, através da EMBRAPA/EMBRATER, a viabilidade técnico-econômica da implantação de micro-usinas de álcool, utilizando como matéria prima a cana-de-açúcar, o sorgo e a mandioca.

Aproveitamento de resíduos agrícolas

Vislumbra-se como promissora fonte substituta de combustível o aproveitamento de cerca de 100 milhões de toneladas de resíduos agrícolas, atualmente desperdiçados, em sua maior parte, pela queima. Este volume de resíduos é equivalente, em calorias, a 70% de todo o petróleo consumido no País.

O processo de utilização seria através da compactação e briquetamento e produção de biogás.

A principal utilização relaciona-se com as seguintes alternativas:

- substituição de lenha nos fogões domésticos;
- produção de energia mecânica ou elétrica nas próprias áreas rurais, através de sua queima em motores de combustão externa (maquinaria a vapor e outros);
- produção de álcool carburante, através de hidrólise ácida; e
- transformação em carvão vegetal, pelo mesmo processo e equipamentos utilizados na produção de carvão vegetal de madeira.

O bagaço de cana tem seu aproveitamento como fonte energética nas próprias unidades produtoras de álcool. A secagem prévia do bagaço, utilizando-se como fontes de calor os gases quentes que expõem as caldeiras de vapor pelas chaminés das usinas, permitiria economizar até 20% do bagaço utilizado, o que equivale a 1 milhão de toneladas de petróleo/ano.

O melhor aproveitamento do carvão vegetal permitirá substituir economicamente os combustíveis fósseis e boa parte do carvão mineral siderúrgico importado. O país importa 80% do carvão mineral consumido pela siderurgia.

Os problemas que ainda limitam a produção de carvão vegetal são:

- a capacidade dos altos fornos de carvão vegetal; e
- a seleção de melhores fornos de carvoejamento.

A quase totalidade do carvão vegetal hoje produzida no Brasil é obtida por processos antiquados que não permitem o aproveitamento dos voláteis, dos condensáveis e dos finos de carvão. O esforço deverá ser orientado para ampliar o rendimento médio do carvoejamento de 12%, obtido sobre peso da madeira, para 25%, com investimentos modestos, seu aumentar o consumo de lenha. Desta forma, seria possível duplicar os 3 milhões de toneladas de carvão para 6 milhões, o que corresponderia a 2 milhões de toneladas de petróleo.

A lenha apresenta-se como o outro substituto que deverá ser objeto de melhor utilização, quer em substituição de óleos combustíveis na indústria, quer no meio rural.

Os resíduos de origem animal apresentam perspectivas de utilização através de bio-digestores nas regiões de pecuária mais intensiva, nas áreas de concentração da produção de suínos e aves e nas bacias leiteiras. Além da produção do gás, o resíduo do processo de fermentação tem grande aplicação como fertilizante.

Está em início de implantação um programa nacional que pretende criar facilidades para o aproveitamento dos resíduos agrícolas, através de digestores anaeróbicos.

b. CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS NO APROVEITAMENTO DA AGROENERGIA

No processo de substituição de combustíveis fósseis por combustíveis oriundos do setor agrícola, emergem questões a serem examinadas, sobre a importância de uma abordagem sócio-econômica dos instrumentos de política, promotores desse processo.

Entre estas questões, a idéia de aproveitar a perspectiva que se abre para ampliar a eficiência econômica e social do setor agrícola, através da substituição de fontes de energia, com base em um modelo difundido espacialmente, e abrangente em termos de beneficiários, fundamenta-se, entre outros, nos seguintes aspectos sócio-econômicos:

- oportunidade que se apresenta para uma organização dos produtores rurais e suas comunidades, em torno a objetivos comuns: viabilizar, para o mercado, unidades-processadoras através do associativismo;
- maior participação dos pequenos e médios produtores nos benefícios dos programas governamentais de agro-energia;
- maior ocupação de mão-de-obra;
- economia de transporte de matérias-primas;
- utilização da pequena mecanização;
- melhoria do padrão de vida das comunidades rurais, com utilização de energia produzida, localmente, a custos mais compensadores do que a energia elétrica convencional.

Alguns requisitos devem ser satisfeitos, para assegurar eficiência econômica e social na política de substituição de combustíveis em outros setores; poupança de energia no setor rural e geração de energia para o próprio setor:

Seleção de alternativas

No caso brasileiro, na primeira fase de substituição de gasolina pelo álcool, o caminho mais rápido foi através do álcool de cana. Entretanto, manter o PROALCOOL dependente de uma

única matéria-prima, que ao mesmo tempo é insumo de importante produto na pauta de exportação, o açúcar, significa conviver com sérios riscos derivados da instabilidade do mercado externo deste produto.

Em razão disto, o aproveitamento de outras matérias-primas na produção do álcool passou a ser fundamental. Na medida em que alternativas de outros produtos, processos e escalas se apresentam promissoras, surge a necessidade de maior profundidade na análise econômica. Já no momento apresentam-se como alternativas, não excludentes:

- produção do álcool a partir do sorgo sacarino, raízes e tubérculos (beterraba açucareira, batata doce, inhame e outros);
- alternativas dentro do processo de pirólise para o carvoejamento da madeira;
- alternativa de hidrólise em relação ao processo de pirólise, para aproveitamento mais integral da madeira;
- alternativas de aproveitamento de diferentes matérias-primas (madeiras, babaçu e outras), através do processo de hidrólise ácida;
- alternativa complementar de produção e utilização do gás metano e fertilizantes, a partir da fermentação anaeróbica de resíduos e dejetos agrícolas;
- alternativas de aproveitamento do vinhoto;
- soma-se a estas possibilidades o aproveitamento da energia solar, eólica e de pequenos caudais hídricos para energia elétrica.

Este elenco de possibilidades já identificadas, mesmo em estágio de pesquisa/demonstração ou em escalas-piloto, estão a requerer uma abordagem de viabilidade econômica, onde as alternativas devem ser comparadas em termos de custo de oportunidade econômica, considerando-se:

- . produtos e subprodutos agrícolas alternativos;
- . processos tecnológicos e escalas industriais;
- . balanços energéticos específicos;
- . zoneamento agro-climático da produção;
- . potencialidade de produção de diferentes matérias-primas;

- . mercados;
- . ocupação da mão-de-obra;
- . formas de organização de produção;
- . número de beneficiários.

### Organização da Produção

Sob esse ângulo identificam-se aspectos fundamentais que incidirão sobre o grau de desconcentração do modelo. Referimo-nos às questões de tecnologia adequada, complementaridade entre produção de alimentos e de energia e organização dos produtores.

A idéia de tecnologia adequada refere-se aos ajustes do perfil tecnológico, quer da agricultura, quer da indústria transformadora, disponibilidade regional e local de mão-de-obra. Neste sentido, passa a ser decisivo que nos critérios de seleção de alternativas tecnológicas, a variável ocupação da mão-de-obra passe a ter alta ponderação, em função de sua importância na melhoria dos níveis de renda e de poupança de energia consumida pela mecanização sofisticada. Este propósito requer atenção, principalmente quanto a:

- . desenvolvimento da pequena mecanização:
- . tração mista (manual) mecânica e animal (mecânica);
- . escalas dos módulos industriais e aproveitamento de energia não convencional para o desenvolvimento da agricultura irrigada e outros usos agrícolas.

Em relação à complementaridade entre a produção de alimentos e a produção energética, como forma de ampliar o aproveitamento mais racional da produção agrícola e da área agrícola, dois aspectos merecem destaque:

- . a instalação de unidades processadoras de resíduos agrícolas (palhas, cascas, estrumes, etc), para fins de produção energética;
- . a integração da produção de alimentos nas áreas especializadas na produção de energéticos.

Neste contexto, a organização de produtores emerge como instrumento necessário para reduzir paternalismos e ampliar a participação econômica, social e política, especialmente para facultar o acesso de pequenos e médios produtores ao mercado de produtos energéticos.

Visto sob este ângulo, a organização de produtores passa a fazer parte de uma estratégia para ampliar a abrangência do modelo de substituição de combustíveis através do setor agrícola. A propósito, será necessário uma abordagem abrangente que permita apoiar a capacitação gerencial e técnica de formas de associativismo que assegurem a eficiência econômica, tanto de pequenas, médias ou grandes empresas.

#### Integração institucional e complementaridade dos Instrumentos de Política

A implantação e o desenvolvimento de complexos agroenergéticos, envolvendo uma gama cada vez maior de produtos de origem florestal, agrícola e animal e outras fontes de energia, requer ações de organismos de diferentes Ministérios e dos Governos Estaduais e, em consequência, diferentes equipes técnicas e fontes de financiamento. Acrescentando-se a isto a necessária compatibilização com a política de abastecimento alimentar, depa-ramo-nos com uma complexa malha de relacionamentos político-institucionais, que requerem intensa e cuidadosa articulação:

- a nível institucional, grupos interdisciplinares cobrin-do áreas substantivas de trabalhos que ofereçam supor-te à tomada de decisão, especialmente nas áreas de for-mulação de estratégia, análise de alternativas, progra-mas globais e setoriais;

- a nível operacional, grande esforço de integração ins-titucional, especialmente visando a:

- geração e transferência de tecnologia agrícola e de industrialização;

- organização associativa de produtores, com propósi-tos múltiplos, tais como: produção, comercializa-ção, crédito associativo, assistência técnica gru-pal, processamento industrial, produção e uso de energia nas comunidades rurais, administração do uso da água e do solo;

- a nível do intercâmbio de informação técnico-científi-ca, promoção de sistemas de veiculação de informações e documentação entre grupos e órgãos envolvidos, utili-zando-se a capacidade instalada nos sistemas já exis-tentes. Ex: BINAGRI, EMBRAPA (DID), IBICT, MINTER, MIL, MINER, PLANALSUCAR e outros.

Objetivando à operacionalidade imediata na compatibi-lização de instrumentos de política, sugere-se considerar a am-pliação dos benefícios de certos instrumentos vigentes para pro-ductos básicos de alimentação e para o desenvolvimento de comuni-dades rurais, tornando-os acessíveis para pequenos produtores que se orientem à produção de energia.

## c. SUGESTÕES DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DE TRABALHO

Identificam-se algumas prioridades para trabalho que permitirão subsidiar novas etapas de condução da política agroenergética:

- . desenvolvimento e aplicações metodológicas para modelos agroenergéticos a nível regional e nacional;
- . estudo de perspectivas de diferentes fontes não convencionais de energia, considerando:
  - aproveitamento da biomassa:
    - aproveitamento de matérias-primas atualmente desperdiçadas;
    - expansão da produção de matérias-primas;
    - identificação de novas fontes de energia de origem agrícola.
- . aproveitamento de outras fontes não convencionais, principalmente energia solar, eólica e de pequenos caudais hídricos.
- . inventário de pesquisas e demonstração em desenvolvi - mento nos órgãos do setor público e empresas privadas;
- . identificação de áreas prioritárias para pesquisa e demonstrações;
- . avaliação da situação atual e perspectivas de projetos em execução, especialmente de pesquisa e demonstrações;
- . elaboração de subsídios à formulação de programas de capacitação de recursos humanos;
- . identificação de projetos demonstrativos prioritários, para efeito de formulação de alternativas a partir de experimentos ou projetos/piloto já realizados;
- . apoio ao intercâmbio científico e tecnológico:
  - promoção de circulação e divulgação de documentos técnicos selecionados;
  - assessoramento técnico e intercâmbio técnico-cien - tífico a nível hemisférico.

d. SUBSÍDIOS PARA O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE AGROENERGIA A NÍVEL NACIONAL E HEMISFÉRICO

Os antecedentes apresentados permitiram delinear as perspectivas de ação para o IICA no País e identificar a potencialidade que um programa nacional apresenta para apoiar ações de cooperação multinacional, no âmbito hemisférico.

Sintetiza-se neste documento o esboço de linhas de ação do IICA que cobrirão um Programa Nacional de Cooperação Técnica na Área de Agroenergia e um Programa Hemisférico de Agroenergia.

PROGRAMA A NÍVEL NACIONAL (BRASIL)

Objetivo

A idéia de cooperar na área de agroenergia consubstancia-se no potencial existente para a integração desta área de atuação com outras áreas que o Instituto selecionou como prioritárias para cooperação técnica, especialmente atividades de pequena e média irrigação, organização de produtores e programas de educação rural.

Neste sentido, estão se realizando desdobramentos através de consultas e negociações com órgãos nacionais que possibilitarão a execução de projetos com os seguintes objetivos:

Ministério da Agricultura (e organismos vinculados)

- apoio à Comissão Especial de Energia do Ministério da Agricultura para assessorar as ações desse Ministério na área de agroenergia;
- apoio e intercâmbio, na área de difusão de informações sobre agroenergia (biliografia, inventário de projetos de pesquisa e de produção de energia - catálogo de pessoal profissional);
- apoio ao estudo sobre aplicação de formas de substituição e poupança de energia na agricultura;
- apoio à organização e desenvolvimento de projetos agroindustriais integrados, com o propósito de testar modelos de sistemas de produção de energia e alimentos, a nível de pequenos e médios produtores;
- apoio à avaliação dos efeitos, no setor agrícola e na economia, de diferentes alternativas de substituição de combustíveis fósseis por outros de origem agrícola.

- . apoio à formulação de programas para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, especialmente álcool, óleos vegetais, carvão vegetal e biogás.
- . apoio à Comissão Especial de Energia, para o desenvolvimento e aplicações metodológicas de balanços agroenergéticos a nível de região ou estados.

#### EMBRAPA e EMBRATER

Programa de cooperação para a promoção de áreas de pesquisa e demonstração, a nível de pequenos e médios produtores e suas organizações, na produção de biomassa ou processamento de produtos agroenergéticos.

#### IBDF e COALBRA - Coque e Álcool de Madeira S.A.

Estabelecer áreas de demonstração e capacitação em produção de energia, a partir da madeira.

#### IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo e STI (Secretaria de Tecnologia Industrial - MIC)

- . articular um Programa de Cooperação conjunta com esse Instituto e STI nos aspectos de testes e demonstração de modelos de processamento industrial de matérias-primas energéticas (mini e microdestilarias), com vistas a áreas de demonstração nacional e projeções a nível hemisférico.
- . capacitação na formulação de modelos regionais e nacionais de agroenergia;
- . estruturação da atividade de capacitação em construção e operação de mini-usinas de álcool de cana e sorgo sa carino;
- . capacitação no aproveitamento de pequenos caudais hidrelétricos;
- . análise de viabilidade de óleos vegetais para fins energéticos;
- . aproveitamento da energia solar, especialmente na secagem de grãos;
- . estudo do aproveitamento de gasogênio no meio rural; aproveitamento do biogás.

Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Amazônia

Estabelecer Áreas de Demonstração nestes três Estados e na Amazônia, representativos por sua vez das regiões SUDESTE, NORDESTE, SUL e NORTE, com o propósito de promover projetos de produção de energia e alimentos a nível de pequenos e médios produtores e suas organizações, de forma a estabelecer base para demonstração e promoção de sistemas integrados de produção a nível local e regional, apoiando atividades de capacitação para técnicos nacionais e do Continente.

Aspectos Operacionais

Base Operacional

O programa deverá atuar, fundamentalmente, em três níveis: o nacional, o estadual e a nível de projetos localizados, com a seguinte orientação básica:

- . A nível nacional, apoiando os organismos envolvidos em estudos de alternativas sócio-econômicas, de utilização de energia a partir da agricultura, face às peculiaridades da agricultura regional.
- . A nível estadual, apoiando as Secretarias de Agricultura e de Planejamento de alguns Estados interessados, no seu posicionamento em relação à situação e perspectivas face ao problema energético e a estudos de pré-investimento na área de agroenergia, a nível estadual.

Neste âmbito, serão apoiados projetos demonstrativos de produção e aproveitamento de energia.

Enfoque Operacional

A nível nacional, buscar-se-á trabalhar em complementação com os principais órgãos envolvidos no problema de agroenergia, principalmente nas atividades que auxiliam o processo de tomada de decisão governamental, indicativas para a atividade privada.

Estas atividades deverão convergir para:

- . Identificação dos efeitos da política agroenergética sobre a produção de alimentos, ocupação da mão-de-obra e renda agrícola.

- Implantação e acompanhamento de Programas de apoio governamental ao aproveitamento de agroenergia.
- Identificação das necessidades de capacitação de recursos humanos para a área de agroenergia.
- Organização e desenvolvimento de projetos de capacitação de recursos humanos do Setor Público envolvido na área de agroenergia.
- Apoio ao intercâmbio de informação e documentação.

A nível estadual, apoiar-se-ão às Secretarias de Agricultura e de Planejamento dos Estados interessados, no seu posicionamento em relação à situação estadual quanto à perspectiva agroenergética e a estudos de pré-factibilidade específicos e prioritários.

A nível localizado nos estados, pretende-se:

- Apoiar o desenvolvimento de áreas de demonstração da produção e aproveitamento de energia a partir de produtos agrícolas, florestais e de resíduos, com base na organização de pequenos e médios produtores de alimentos e produtos energéticos.
- Apoiar testes, demonstração e avaliação econômica de micro e mini-usinas em processo de implantação pela EMBRAPA/EMBRATER.
- Apoiar a organização de ciclos de capacitação de técnicos na operacionalização de projetos integrados de produção de energia e alimentos.

## PROGRAMA HEMISFÉRICO

### Objetivo

Face a importância do aproveitamento de produtos agroenergéticos no equacionamento do problema da escassez de combustíveis fósseis para a maioria dos países latino-americanos e do Caribe, o IICA, como organismo de cooperação técnica para o continente, propõe-se a promover um Programa Hemisférico com o objetivo básico de apoiar os países membros do IICA na dinamização do aproveitamento de produtos agroenergéticos, com fins de substituição de combustíveis fósseis, mediante:

- Assessoramento a estudos da situação agroenergética, a nível de País;

- . Apoio a estudos de regionalização e zonificação agroenergéticas, compatíveis com a regionalização da produção de alimentos;
- . Apoio a estudos sobre o uso racional de energia - consumo de energia;
- . Desenvolvimento de estudos básicos para metodologias de Modelos Nacionais, estudos de casos e balanços nacionais de agroenergia;
- . Formulação de políticas e modelos agroenergéticos;
- . Elaboração de perfís de projetos específicos;
- . Elaboração de programas e projetos integrados de produção de alimentos e de agroenergéticos;
- . Apoio à geração e transferência de tecnologia de sistemas de produção de alimentos e produtos energéticos;
- . Apoio para identificação, melhoramento e desenvolvimento genético e agrocultural de fontes agroenergéticas;
- . Apoio à implantação de modelos agroindustriais compatíveis, em termos de processos tecnológicos e de escala, com o interesse nacional dos países, relativamente à operação de mão-de-obra, distribuição de renda e preservação dos recursos naturais.

### Aspectos Operacionais

#### Base Operacional

Propõe-se o Brasil como base operacional inicial para o programa hemisférico. Esta proposição está associada aos seguintes antecedentes:

- . estar o Brasil na vanguarda, a nível hemisférico, do programa de agroenergia;
- . a potencialidade que os relacionamentos do Programa Nacional do IICA apresentam para o apoio a atividades multinacionais;
- . as relativas facilidades de mobilização de técnicos nacionais e do IICA/Brasil, para apoiar o Programa Nacional.

### Enfoque Operacional

O Programa terá, eminentemente, uma abordagem de apoio ao intercâmbio recíproco entre países.

Neste sentido, o programa multinacional poderá desenvolver-se em duas etapas: a primeira, destinada a apoiar atividades de caráter estratégico, no sentido de formar núcleos básicos de especialistas para o IICA e organismos nacionais, com capacidade de catalizar o intercâmbio de experiências e promover estudos, programas e projetos de efeito demonstrativo. A segunda, orientada para consolidar uma cooperação sistemática e difundida na maioria dos países onde o problema energético se apresenta mais crítico. Nesta etapa, está sendo elaborado um estudo para captação de recursos financeiros e técnicos de suporte à consolidação do Programa, que terá seu início efetivo em 1981, com a possível articulação e ajuda de organismos internacionais como BID, OEA, OLADE, AID, BIRD e outros.

### ÁREA II - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

O Governo da União está empenhado em dar grande ênfase à utilização mais racional dos recursos hídricos e o seu controle, com o objetivo de contribuir à elevação dos índices de produção e de produtividade agrícolas do País.

A recente Lei de Irrigação, de 25 de junho de 1979, e o Regulamento Geral para operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras com preendidas nos perímetros irrigados, aprovado pelo Ministério do Interior em 13 de junho de 1978, estabelecem um novo marco legal e a base institucional para a programação e utilização do recurso água na agricultura brasileira.

Presentemente, o potencial de terras irrigáveis no Brasil é estimado em 37 milhões de hectares, dos quais 30 milhões correspondem a várzeas irrigáveis ainda sem aproveitamento definido, sem incluir o Pantanal Matogrossense e a Ilha do Bananal.

A expansão da agricultura irrigada, possibilitando o aumento da fronteira agrícola, a utilização de terras semi-áridas e de cerrado, a implantação de sistemas de produção e a diversificação da produção, contribuirão de forma expressiva para o incremento da produção de alimentos, de produtos energéticos, de matérias-primas para a indústria e de produtos para

a exportação. Com tais efeitos propulsores sobre a economia, a intensificação da agricultura irrigada, criando inúmeras oportunidades de trabalho e gerando novas fontes de ingresso, será certamente um fator muito significativo para melhorar o bem estar das populações rurais.

Problemas relacionados com os aspectos legais e institucionais, a implementação de projetos de irrigação e a necessidade de capacitação de recursos humanos restringem o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil.

Faz-se necessária a revisão do Código de Águas para possibilitar a definição e implementação de uma política nacional coordenada de uso de água para fins múltiplos: energia, agricultura irrigada, indústria, abastecimento urbano, transporte fluvial ou lacustre, turismo, lazer, pesca e outros, em função dos objetivos de desenvolvimento econômico e social de âmbito nacional, setorial e regional.

A Lei de Irrigação atribui ao Ministério do Interior a responsabilidade da problemática do recurso água, a nível nacional, mas não leva em conta a articulação que deveria existir entre esse Ministério e o da Agricultura para a coordenação e supervisão de uma política de irrigação orientada ao incremento da produção agrícola, no contexto de planos de desenvolvimento rural regional.

A concentração de investimentos públicos em grandes projetos de irrigação, com altos custos de infra-estrutura e as dificuldades existentes no que se refere aos modelos de ocupação das áreas dos projetos, não têm propiciado o retorno adequado dos benefícios econômicos e sociais às populações das áreas irrigadas.

Atualmente, o Governo vem realizando esforços para implementar projetos de pequena e média irrigação, cujos beneficiários sejam produtores de baixa renda. Estes projetos envolvem custos mais baixos de infra-estrutura física e geram retornos econômicos e sociais a mais curto prazo, a uma faixa mais ampla dos estratos menos favorecidos da população rural. Estima-se que 10, 12 milhões de hectares ofereçam condições para o desenvolvimento da pequena e média irrigação, sendo 7,12 milhões de hectares do programa PROVARZEAS e 3 milhões no Nordeste.

Os órgãos federais de irrigação, CODEVASF e DNOCS, prevêem a implantação de projetos de irrigação na base de 20.000 hectares/ano, enquanto que o Ministério da Agricultura, através do Programa PROVARZEAS, prevê a implantação de pequena e média irrigação na razão de 56.000 hectares/ano.

A demanda potencial de pessoal de nível superior, médio e trabalhadores de campo, é estimada como segue:

| Órgãos   Programas           | D E M A N D A / A N O |             |            |
|------------------------------|-----------------------|-------------|------------|
|                              | Nível Superior        | Nível Médio | Irrigantes |
| 1. DNOCS                     |                       |             |            |
| a. Colonização               | 120                   | 304         | 4.000      |
| 2. CODEVASF                  |                       |             |            |
| a. Colonização               | 24                    | 60          | 800        |
| b. Pequena e Média Irrigação | 16                    | 48          | 320        |
| 3. PROVÁRZEAS                |                       |             |            |
| a. Pequena e Média Irrigação | 200                   | 600         | 2.240      |
| TOTAL / ANO                  | 360                   | 1.012       | 7.360      |
| TOTAL / 5 ANOS               | 1.800                 | 5.060       | 36.800     |

#### Diretrizes para a ação do IICA

Desde 1968, o IICA vem desenvolvendo trabalhos ligados às questões da irrigação no Brasil.

As suas primeiras atividades neste campo foram executadas através do projeto de levantamento dos recursos econômicos e sociais no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1971, foi firmado o Convênio IICA/MINTER/SUDENE, visando à capacitação de recursos humanos para as áreas irrigadas no Nordeste. Este convênio foi ampliado e renovado em 1974 e 1977, havendo sido treinados 1.146 técnicos de nível superior e 267 pessoas de nível médio e elementar.

Em 1977, o Convênio IICA/MINTER/SUDENE foi ampliado, para desenvolver atividades visando a aumentar a produção e a produtividade da cana-de-açúcar em áreas irrigadas no Norte Fluminense e a apoiar a elaboração e a implantação de pequenos projetos de irrigação no Nordeste (Projeto Sertanejo). Também em 1977 foi implantado um Projeto do Fundo Simon Bolívar em Barreiras (Bahia), para apoiar o aumento da produção e da produtividade em pequenos perímetros irrigados, na área de São Desidério, envolvendo a operação e manutenção de perímetros irrigados, a organização de pequenos produtores nas áreas irrigadas e a comercialização agrícola. Ainda em 1977, foi prestada colaboração ao MINTER na preparação do Regulamento Geral para Operação, Conservação, Manutenção e Proteção das Terras Compreendidas nos Perímetros Irrigados, ora em vigor.

Segundo Convênio firmado com a CODEVASF em 1978, o Instituto vem prestando cooperação técnica em administração, operação e manutenção de perímetros irrigados e pesquisa em tecnologia de irrigação para o desenvolvimento rural integrado de áreas irrigadas.

Tendo em conta os problemas que mereceriam uma ação prioritária para a implementação de uma política de irrigação dentro do contexto de planos de desenvolvimento rural regional, o Instituto prestará cooperação técnica aos órgãos nacionais, particularmente ao MINTER e Ministério da Agricultura, para apoiar es forços que sejam dirigidos a:

- a. Análise e revisão da legislação nacional vigente em matéria de irrigação e aspectos afins.
- b. Regulamentação e possível complementação da Lei de Irrigação.
- c. Formulação de um Plano Nacional de Ordenamento dos Recursos Hídricos.
- d. Estabelecimento de um mecanismo interministerial (MINTER/MA/SEPLAN), com o objetivo de coordenar a formulação, execução e supervisão da política nacional de irrigação.
- e. Fortalecimento das Unidades Operacionais especializadas em matéria de irrigação que integram o MINTER, o Ministério da Agricultura e os órgãos a este vinculados.
- f. Atualização e adequação de normas para as etapas de planejamento, estudos, implantação, operação, manutenção e desenvolvimento de projetos de irrigação (pequenos, médios e grandes).
- g. Apoio às atividades dos programas de pequena e média irrigação executados através do MINTER, Ministério da Agricultura e órgãos vinculados.
- h. Formulação de diretrizes para programas de pesquisa agrícola e de engenharia de irrigação, que atendam problemas relacionados com projetos de pequena, média e grande irrigação.
- i. Definição das necessidades de capacitação e formação de recursos humanos para a agricultura irrigada e o estabelecimento e implementação de um programa e mecanismo para atender tais necessidades.
- j. Fortalecimento institucional e acadêmico de áreas ou departamentos em Escolas de diferentes níveis e a criação de Centros Regionais para ministrar o ensino e efetuar pesquisas sobre agricultura irrigada.

### ÁREA III - APOIO À ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES

#### a. IMPORTÂNCIA DOS PEQUENOS PRODUTORES

Parece haver um consenso de que a capacidade de resposta do setor agropecuário aos esforços governamentais visando ao seu desenvolvimento, fundamentalmente, depende da melhoria das condições de produção e de produtividade de um ponderável contingente da população rural - os pequenos produtores os quais detêm um número superior a 4 milhões de unidades de produção no País.

Os pequenos produtores, em geral, revestem-se de características marcantes, valendo destacar:

- a) a limitada disponibilidade de terra;
- b) a significativa participação na produção de alimentos básicos;
- c) a incapacidade de plena utilização da mão-de-obra disponível;
- d) as precárias condições de comercialização dos excedentes de produção;
- e) os baixos níveis de consumo.

Um elenco de fatos de natureza sócio-econômica estão a indicar a conveniência do Governo Federal ampliar o apoio ao estrato de pequenos produtores como um componente essencial da sua política de desenvolvimento econômico do País, entre os quais destacam-se:

- a) expansão, em ritmo mais acelerado, e com custos de oportunidade mais reduzidos, da oferta de alimentos básicos;
- b) geração de emprego no setor rural, a custos relativos mais baixos;
- c) significativa ampliação dos beneficiários do programa agroenergético em curso no País e o consequente incremento da oferta de produtos energéticos não convencionais;
- d) ampliação do mercado interno para produtos industrializados;
- e) redução de tensões sociais decorrentes de migrações internas e pressões sobre terra.

#### b. ESFORÇO GOVERNAMENTAL ORIENTADO AOS PEQUENOS PRODUTORES

Ressalte-se que nos últimos anos foram criados vários programas orientados a apoiar os pequenos produtores, tais como: o POLONORDESTE; o Projeto Sertanejo; o PRODECOR; os Perímetros Irrigados da CODEVASF e do DNOCS. Ademais, estabeleceram-se diversos mecanismos de crédito, a saber: os Postos Avançados de Crédito Rural; Compra Antecipada da Produção; Assistência Técnica Grupal Crédito Rotativo; Financiamentos Fundiários, entre outros.

A despeito dos esforços visando à elevação da renda e à melhoria das condições de vida dos pequenos produtores, o quadro de pobreza no meio rural, notadamente no Nordeste, ainda é desolador. Entre as causas que estão concorrendo para reduzir o impacto da ação governamental junto às chamadas populações de baixa renda, em geral, são apontadas as seguintes:

- . uma acentuada distorção na estrutura fundiária em muitas zonas do País;
- . inadequação dos instrumentos governamentais de apoio;
- . tendência à ação isolada, por parte dos diferentes serviços governamentais;
- . restrito apoio ao desenvolvimento do associativismo rural;
- . insuficiência e despreparo dos agentes de extensão rural;
- . deficiente infra-estrutura de provisão de insumos;
- . deficiente capacidade gerencial no estrato de pequenos produtores;
- . comercialização em condições adversas.

Assinala-se que, no momento, são bem mais favoráveis as perspectivas de impacto no trabalho com pequenos produtores, levando-se em conta, entre outros, os seguintes aspectos:

- uma melhor distribuição da renda e a redução dos desequilíbrios regionais passaram a constituir objetivos claramente explicitados na política governamental de desenvolvimento sócio-econômico;
- são promissoras as possibilidades da agricultura atingir uma nova dimensão, face a crise energética, mediante a dinamização da força de trabalho desocupada ou subutilizada nas regiões de concentração de pequenos produtores;
- uma boa parcela de recursos atualmente alocados em alguns serviços básicos: Extensão Rural, Crédito Rural, Preços Mínimos, entre outros - podem ser remanejada com relativa facilidade, desde que o Governo Federal intensifique sua ação junto aos pequenos produtores;
- é viável a racionalização do crédito fundiário, bem como a implantação de mecanismos mais eficazes de coordenação interinstitucional.

c. APOIO GOVERNAMENTAL À ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES

Pode-se arrolar inúmeras justificativas para um maior apoio governamental à organização de pequenos produtores:

- o individualismo concorre para a falta de iniciativa, bloqueia a potencialidade de liderança e gera resistência à mudança de atitude para incorporação de tecnologia;
- contribui para reduzir os custos operacionais dos serviços governamentais;
- tende a viabilizar economias de escala no processo produtivo;
- permite minimizar as dificuldades decorrentes da escassez de capacidade gerencial no estrato de pequenos produtores.

A organização de pequenos produtores, entendida como um instrumento essencial da estratégia do Estado visando acelerar o processo de desenvolvimento das áreas rurais com maior incidência de pobreza, deve perseguir um objetivo fundamental: aumentar a renda líquida dos pequenos produtores.

Os objetivos específicos no trabalho de organização de pequenos produtores deverão adequar-se a situações específicas, podendo-se mencionar, entre outros, os seguintes.

- acelerar o processo de criação de emprego no setor agropecuário;
- incrementar a oferta de alimentos e de produtos energéticos;
- ampliar o mercado interno para produtos industrializados;
- elevar os níveis médios de produtividade do setor rural;
- facilitar o acesso dos pequenos produtores aos serviços governamentais de apoio à agricultura;
- reduzir custos operacionais dos serviços governamentais.

A ação governamental em apoio à organização de pequenos produtores, deve estar alicerçada, entre outros, nos seguintes princípios:

- A organização deve ser concebida como estratégia e como instrumento de ação;

- . Ao Estado seriam reservadas funções de caráter essencialmente educativo e/ou promotor.
- . Deve-se perseguir objetivos concretos de natureza es-sencialmente econômico/social.
- . Os modelos organizativos deverão reunir condições de serem compreendidos, aceitos e administrados pelos pequenos produtores.
- . Os modelos organizativos devem ter capacidade jurídica, de acordo com a legislação do País, para contratar.
- . É essencial a existência de mecanismos que viabilizem a contínua capitalização das organizações.
- . Deve-se assegurar a co-participação dos produtores no processo de tomada de decisão de suas organizações.

Notadamente em um País da extensão territorial do Brasil, torna-se desaconselhável a seleção de um único modelo de organização de produtores. Nossa experiência e a de outros países mostram que poderão ser apoiados, entre outros, os seguintes Modelos Organizativos:

- . empresas associativas orientadas à produção em comum;
- . cooperativas de integração parcelária, vinculadas a processos de colonização;
- . cooperativas agrárias de produção, as quais, normalmente, executam serviços de provisão de insumos e de comercialização;
- . associações de serviços ou pré-cooperativas, formas embrionárias de cooperativismo orientadas à realização de serviços específicos, em forma associativa. Ressalte-se que o Grupo de Trabalho Interinstitucional criado pelo CDE, através da Exposição de Motivos CDE n.º 003/79, de 4/7/79, propôs o estabelecimento de um Sistema Associativo Rural, baseado na criação de pré-cooperativas, cuja característica marcante seria a conjugação das atividades dos Postos Avançados de Crédito Rural com o Programa de Profissionalização de Jovens Rurais para a Produção de Alimentos e Difusão de Tecnologia, a cargo das entidades integrantes do Sistema EMBRATER.

#### d. ASPECTOS OPERACIONAIS

A ação promotora do Estado, concentrada em áreas prioritárias, a nível de Unidade da Federação, poderia revestir-se das seguintes características:

- . ação diferenciada de cada instituição envolvida nos programas de apoio, ajustada à estratégia definida;
- . existência de um mecanismo de integração institucional;
- . adequação de recursos materiais e humanos, compatíveis com as responsabilidades de cada instituição envolvida;
- . existência de uma programação operativa unificada;
- . esforço contínuo de capacitação de pessoal.

O INCRA e a EMBRATER estão empenhados em desenvolver papel preponderante no esforço de Organização de pequenos produtores.

A configuração dos modelos de organização, apoiados pelo Estado, deve ainda revestir-se, basicamente, dos seguintes que sitos:

- . contar com embasamento jurídico, necessário à consecução de suas finalidades;
- . viabilidade de ser estruturado com características empresariais;
- . ampla possibilidade de ser compreendido, aceito e administrado pelos próprios produtores.

Recomenda-se a implantação de mecanismo de coordenação, controle e acompanhamento da ação do Estado, em apoio à organização de pequenos produtores:

- . organização de um núcleo de apoio no Ministério da Agricultura;
- . constituição de um Grupo Assessor Interinstitucional, integrado por técnicos das instituições federais diretamente envolvidas em atividades relacionadas com organizações de produtores;
- . criação de uma Secretaria Executiva, com funções de assessoria, estímulo e coordenação da execução de programas, em cada uma das unidades da federação selecionadas como prioritárias.
- . a nível de execução, as EMATER's manteriam técnicos, a tempo completo, para apoio à organização de produtores e atuação através das mesmas.

Em uma primeira etapa - período de dois anos - o programa de apoio à organização de pequenos produtores poderia desenvolver, entre outras, as seguintes atividades:

- . estruturação do núcleo de apoio no âmbito do Ministério da Agricultura e delineamento de suas ações básicas;
- . análise de alguns modelos de organização em aplicação no País, a saber:
  - cidades hortigranjeiras;
  - cooperativas integrais de reforma agrária;
  - cooperativas de produção em áreas de concentração de minifúndios.
- . estudo de viabilidade jurídica de empresas associativas, a partir da legislação vigente.
- . formulação de um programa de capacitação de pessoal.
- . apoio na formulação de programas operativos a nível estadual.
- . identificação e apoio no preparo de projetos de empresas associativas.
- . apoio aos Governos Estaduais na estruturação de seus mecanismos institucionais relacionados com atividades de organização de pequenos produtores;
- . estudo de viabilidade da criação de um fundo de garantia de crédito e para captação de recursos destinados ao financiamento de pequenos produtores e suas organizações.

Entre as possíveis fontes de recursos para execução do programa, poder-se-ia analisar, a curto prazo, as seguintes:

- . remanejamento de fundos destinados à EMBRATER;
- . contrapartida dos Governos Estaduais selecionados como áreas prioritárias do programa;
- . recursos de projetos de colonização;
- . organismos internacionais, mediante o financiamento de projeto específico associado com produção de alimentos básicos e de produtos energéticos à base de biomassa.

O Banco do Brasil e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo poderiam estabelecer linhas especiais de crédito para financiar organizações não convencionais, inclusive empresas associativas e pré-cooperativas desde que compatibilizadas com o marco jurídico vigente no País.

## e. POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO DO IICA

No curso dos 10 últimos anos o IICA tem acumulado um substancial acervo de experiências na implantação de sistemas de organização de produtores, em vários países latino-americanos. Referido acervo está consubstanciado, fundamentalmente, na disponibilidade de especialistas e na geração e sistematização de uma ampla literatura especializada. Os instrumentos de cooperação utilizados pelo IICA variam com cada situação específica e sempre são orientados ao fortalecimento das instituições nacionais, dentre os quais assinalam-se:

- . capacitação de pessoal em todos os níveis;
- . participação na identificação e no preparo de projetos específicos;
- . avaliação de programas e projetos;
- . assessoria em aspectos específicos de execução dos programas.

O instrumento administrativo-operacional mais indicado de caráter geral, para se formalizar e disciplinar a cooperação do IICA, nos aspectos de organização de pequenos produtores seriam os convênios IICA/Ministério da Agricultura e Estados.

## ÁREA IV - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

A situação atual da educação e capacitação nas zonas rurais é a consequência de um conjunto de situações históricas que modelaram suas características específicas, que refletem condicionamentos sócio-econômicos e políticos.

As zonas rurais do Brasil, similares, praticamente, a todo o meio rural da América Latina, caracterizam-se, em geral, por sua marginalidade e dependência em relação às zonas urbanas. Estas últimas concentraram as maiores inversões, assegurando, desta forma, mais altas taxas de crescimento. Por outro lado, esta política produziu grandes desequilíbrios entre as zonas urbanas e as rurais quanto à distribuição de bens e serviços. Daí a população rural ter-se visto cada vez mais coagida a emigrar de seu contexto natural para incorporar-se a zonas industriais nas quais espera encontrar melhores níveis de vida.

A situação predominante no meio rural deve-se a vários fatores, entre os quais destacam-se a inadequada estrutura de propriedade da terra, a escassez de créditos, a carência de tecnologias apropriadas, a deficiente estrutura de comercialização e os baixos níveis educativos, de saúde e saneamento da população.

A maioria da população rural não tem oportunidade de emprego permanente, existindo altas taxas de subemprego e baixas taxas de produtividade.

Um aspecto que deve ser levado em conta na caracterização das realidades existentes é o tipo de desenvolvimento da estrutura agrária e de produção, que em certos casos levou a situações extremas, tais como as que se observam em zonas de economia de subsistência e em zonas de economias altamente tecnificadas, que podem competir nacional e internacionalmente. Algumas transformações limitaram, progressivamente, as formas de propriedade tradicional. O latifúndio e o minifúndio se constituíram como processo de polarização da estrutura da propriedade; mas, ao mesmo tempo, surgiram outras formas ou sistemas produtivos, tais como as cooperativas e empresas agropecuárias.

Formas diversas de propriedade fazem diferentes exigências à educação, sendo as demandas e necessidades dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários as mais difíceis de caracterizar, em termos de resposta educacional.

As mudanças operadas na estrutura da propriedade, agregou-se a incorporação de técnicas e de equipamento moderno que, em determinados casos, criaram uma nova dinâmica no processo de produção agropecuária. As condições mutáveis dos mercados mundial e latino-americano exigiram, nos últimos anos, uma maior eficiência e organização da economia agropecuária. Por sua vez, as demandas derivadas de maior industrialização e do crescimen

to das populações urbanas impulsionaram, também, uma modernização do meio rural, para garantir um certo volume de alimentos e matérias primas.

É de se fazer notar, todavia, que a modernização do setor primário nem sempre assegurou um melhoramento equivalente nas condições de vida de todos os habitantes dessas zonas.

Em contraposição a estas ações isoladas de modernização, constata-se que, em muitas zonas rurais, continua vigente uma real estagnação histórica: as próprias populações não encontram motivação nem estímulos concretos para o desenvolvimento. Estas populações apresentam os mais baixos níveis de vida e índices muito reduzidos de produtividade, que incidem sobretudo em seus rendimentos, dificultando-se, então, a integração efetiva do homem do campo à vida nacional. Ao mesmo tempo, constata-se uma limitada diversificação econômica e ocupacional e uma complexa divisão do trabalho.

As limitações anteriormente assinaladas, agrega-se a falta de participação da população rural, tanto nas decisões de caráter econômico como nas de caráter social e político. Sobre esta situação influem, naturalmente, a ausência de uma organização comunitária, a dispersão das populações rurais e a escassez de meios de comunicação, bem como o fato das políticas de desenvolvimento definidas para o meio rural estarem concebidas, como já se assinalou, com critérios, fundamentalmente, de caráter urbano. Ao mesmo tempo, a centralização das atividades de planejamento e a falta de coordenação entre as programações setoriais - que no caso das zonas rurais são ainda mais pronunciadas - dificultam as possibilidades de aproveitamento da capacidade produtiva das comunidades rurais e a integração, a nível local, das diferentes ações setoriais.

Por outro lado, a centralização predominante no setor educação também dificulta a integração deste setor com o desenvolvimento rural e sua adequação às necessidades concretas do homem do campo.

As atividades educativas desenvolvem-se, muitas vezes, desarticuladamente, atuando as instituições que realizam ações escolares ou extra-escolares, no meio rural, de forma dispersa. Mesmo assim, na maioria dos casos, os conteúdos são formulados a partir de situações alheias ao meio rural e sem que este tenha sido consultado, o que se traduz em currículos universalizantes, acadêmicos, excessivamente extensos com pouquíssima ou nenhuma margem de adaptação a situações locais. Tudo isso é agravado pela falta de preparação do docente e, com frequência, pela falta de recursos. A mesma metodologia de ensino, baseada em disciplinas isoladas, fomenta a fragmentação do aprendizado.

Conseqüentemente, a educação pretendeu responder à problemática econômica, social e cultural das zonas rurais, com objetivos, conteúdos e métodos próprios das zonas urbanas.

Os resultados de tal atuação indicam que a educação está contribuindo para agravar a marginalidade social e cultural das populações rurais e o desequilíbrio entre as necessidades de educação e os serviços oferecidos.

Ao analisar tanto os Objetivos Básicos do IICA, como os da Linha de Educação em particular, verifica-se que sua doutrina educacional está orientada, prioritariamente, ao desenvolvimento rural. As atividades de educação agrícola e treinamento poderiam, portanto, subordinar-se àquelas orientações gerais que preferenciam a educação rural como processo mais amplo. Além disso, o caráter humanístico da doutrina do IICA leva-o a dar atenção prioritária àquelas ações que têm maior relevância e impacto para sua clientela, constituída pelos pequenos produtores e trabalhadores sem terra.

Se revisarmos pronunciamentos oficiais do atual Governo Central, verificaremos ainda que a grande prioridade da política atual é precisamente o desenvolvimento rural; no setor educacional, a preferência é dada, também, à educação rural. Por sua coerência com os objetivos do IICA em geral, com os da Linha de Educação, por sua direta relevância para a clientela e compatibilidade com as prioridades governamentais, o IICA deverá dar máxima prioridade à Educação Integrada para o Desenvolvimento Rural, tanto no planejamento como na ação. Esta é a área que pode contribuir significativamente para o melhoramento da produção e produtividade no setor rural, e o aprimoramento dos níveis de vida e bem estar dos produtores de baixa renda.

Esta prioridade, que se deve expressar em recursos humanos e financeiros, leva a recomendar o seguinte:

a) Educação Agrícola:

Nesta área dar-se-á grande atenção ao Ensino Médio, como de grande relevância para os programas de desenvolvimento rural. O IICA deveria promover uma melhor formação de futuros agentes de mudança para a agricultura de baixa renda, o que pode implicar em modificações curriculares e metodológicas e até numa revisão do sistema escola-fazenda hoje vigente.

As atividades de educação agrícola superior devem ser reorientadas, para que na formação do profissional universitário ponham ênfase especial na problemática sócio-econômica e educacional do setor rural, tanto do ponto de vista conceitual como metodológico. Recomenda-se que nas atividades programadas com ABEAS continue-se a enfatizar a abertura das universidades e faculdades agrícolas à problemática das comunidades rurais que as rodeiam e seus problemas de produção.

b) A Capacitação de Mão-de-obra Rural:

O IICA não deveria criar uma área de ação isolada de capacitação de mão-de-obra. Esta capacitação só deveria ser objeto de uma atividade quando tiver direta relevância para os projetos de desenvolvimento rural.

Educação Integrada para o Desenvolvimento Rural

Uma segunda prioridade, dentro desta área, deveria ser dada ao aspecto regional. Devido às características do processo de desenvolvimento rural brasileiro, é precisamente no Nordeste do País onde se encontram os maiores contingentes de produtores de baixa-renda, e onde também a educação rural é mais deficiente: ela não só não contribui para o desenvolvimento rural como tem sido um fator de êxodo rural, por seu caráter urbano, desvinculado das necessidades reais das populações rurais. Aconselha-se concentrar esforços no Nordeste Brasileiro. E considerando a existência e disponibilidade de recursos financeiros para projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, sugere-se associar a ação do IICA nas áreas de atuação do POLONORDESTE.

Com isto não se quer dizer que o IICA não deva ter nenhum outro projeto de educação integrada em outras regiões do País: com efeito, cada região do Brasil tem sua fisionomia estrutural e sócio-cultural próprias, existindo em todos eles graves problemas educacionais. Tais configurações específicas vão requerer do IICA formas diferentes de atuação na área de educação para o desenvolvimento rural.

Recomenda-se que o IICA continue a atuar junto às Secretarias de Educação dos Estados, que é onde mais se necessita de apoio e assessoria técnica.

Recomenda-se também um paulatino entrosamento com o Ministério de Educação e Cultura, com o objetivo de colaborar no delineamento das políticas educacionais para as zonas rurais e as periferias urbanas.

Verifica-se também a necessidade de apoiar, através da cooperação técnica, os programas de educação nas periferias urbanas onde se concentra a população migrante das zonas rurais, os quais são prioritários no âmbito de ação do Ministério de Educação e das Secretarias Estaduais.

Recomenda-se também que a estratégia de fortalecimento institucional do IICA se oriente mais à coordenação e integração sistemática dos órgãos com os quais trabalha, do que ao melhoramento organizacional e administrativo de cada um deles por separado, com a finalidade de conseguir uma ação verdadeiramente integral e integrada. Para tal, sugere-se o estabelecimento de convênios multi-institucionais integrados de tipo geral, que permitam legitimar, no nível das ações concretas, uma verdadeira integração educativa, ao redor do processo de desenvolvimento.

Em concordância com essas recomendações, o IICA está atuando junto às Secretarias de Educação dos Estados de Amazonas, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro e junto à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com as quais mantemos Convênios de Cooperação Técnica.

Por solicitação do Ministério de Educação e Cultura, apresentamos um Perfil de Projeto para a formalização de um Convênio de Cooperação Técnica.

#### ÁREA V - OUTROS PROJETOS

Ainda que as ações do IICA orientem-se no sentido de apoiar, prioritariamente, as chamadas "Áreas de Concentração", outros Projetos de grande importância são executados em cooperação com instituições nacionais ou estaduais e que, de uma maneira ou de outra, perseguem objetivos decididamente de grande interesse para a política agrícola brasileira. Alguns deles, em última análise, são essenciais ao aumento da produção e da produtividade da agricultura nacional e, em grande medida suas atividades complementam as "Áreas de Concentração".

Dentre esses Projetos que se ajustam, completamente, às "Linhas de Ação" do IICA, destacamos:

- a) apoio ao Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, através da EMBRAPA;
- b) apoio ao Sistema Nacional de Extensão Rural, através da EMBRATER;
- c) apoio ao Sistema Nacional de Abastecimento e Comercialização Agrícola, através da SNAB do MA;
- d) apoio ao Sistema de Informação e Documentação agrícola, através da BINAGRI;

O IICA coopera, ainda, com algumas instituições objetivando fortalecer atividades de produção agrícola, mediante Projetos específicos. Destacam-se:

- a) apoio à CEPLAC-MA no desenvolvimento da Região produtora de cacau no Sudoeste da Bahia.
- b) apoio à SUDEPE para fortalecimento institucional;
- c) apoio às pesquisas para produção de fertilizantes através do CEFER-IPT/SP.
- d) apoio à produção de borracha natural - SUDHEVEA.

### 3. Programas Multinacionais com Projetos no Brasil

#### A. IICA-Trópicos

As ações do Programa estão dirigidas:

- . ao fortalecimento das instituições nacionais dedicadas à pesquisa e ao desenvolvimento do trópico e à promoção da coordenação e integração, a nível nacional e internacional, dos esforços dos países no sentido da geração, difusão e aplicação de conhecimentos para o desenvolvimento do Trópico Úmido.

Dentro deste contexto, se dará atenção particular às seguintes grandes prioridades para o desenvolvimento da Região: produção de alimentos; fomento de produtos exportáveis; desenvolvimento de produtos energéticos de origem vegetal, produção de carne e leite, aquacultura, agroindústrias, organização de pequenos produtores, intercâmbio de informação, experiências e pessoal técnico.

Todavia, com o objeto de que o Programa venha a fortalecer a cooperação técnica e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da Região Amazônica, será essencial o seu re-dimensionamento, para que, contando com o apoio político-institucional dos países da Região, os seus projetos e atividades sejam concebidos e implementados com um conceito de regionalidade, através de uma estrutura e mecanismos de cooperação compatíveis com as diretrizes básicas que sejam fixadas pelo Tratado de Cooperação Amazônica.

#### B. Sanidade Animal

A intensificação do intercâmbio comercial entre os países do Hemisfério vem contribuindo para que sejam cada vez maiores os riscos de introdução e difusão de doenças e pragas exóticas, que poderão ser causa de grandes prejuízos para a produção animal desses países. Esta circunstância impõe a necessidade de um maior entendimento entre os países para remover as restrições que dificultam ou impedem as relações comerciais, assim como, intercambiar conhecimentos tecnológicos que permitam atenuar ou debelar os problemas zoonosológicos mais graves.

Tendo em conta esta situação, os Estados Membros do IICA estabeleceram o Programa de Sanidade Animal, cujos objetivos básicos são os de coordenar esforços para estabelecer programas efetivos de controle ou erradicação de doenças e pragas dos animais domésticos de valor econômico e concertar medidas que permitam evitá-las, produzindo o mínimo de dificuldades no intercâmbio comercial de produtos animais.

A Unidade de Sanidade Animal da Zona Sul do IICA terá sede no Brasil, e, na sua etapa inicial, dedicará esforços para

apoiar o controle e erradicação da Febre Porciana Africana e da Febre Aftosa.

#### C. Participação da Família e da Mulher no Desenvolvimento Rural

O objetivo geral do Programa é o de incrementar e tornar mais efetiva a participação da mulher rural de baixa renda no processo de desenvolvimento do setor agrícola.

Para alcançar este objetivo, serão desenvolvidas as seguintes ações de apoio:

- a. produção e distribuição de materiais informativos e educativos dirigidos à mulher rural, relacionados com as práticas agrícolas, a comercialização e o processamento de alimentos, bem como sobre o conhecimento e a utilização dos serviços agrícolas que lhe estão disponíveis;
- b. avaliação dos materiais distribuídos para dar base à formulação da informação técnica necessária para que, na programação dos serviços do setor rural, seja dada atenção à motivação e apoio à mulher para participar no desenvolvimento rural;
- c. formação de grupos interdisciplinares;
- d. capacitação técnica de pessoal;
- e. incentivo à participação ativa da mulher rural em estruturas associativas de produção agropecuária;
- f. incorporação de tecnologias apropriadas, emergentes da atuação da mulher, seja no lar ou na produção agrícola;
- g. utilização do crédito em projetos de produção em unidades associativas.

#### IV. AÇÃO DO IICA EM 1980

No transcurso de 1980, com base nas estratégias básicas para a ação do IICA no Brasil, desenvolvidas principalmente através das Áreas de Concentração, foram realizadas importantes atividades, que são destacadas a seguir:

## I - Área Técnica

### A - Agroenergia

- a. elaboração da 1.<sup>a</sup> Etapa do Programa Hemisférico de Agroenergia;
- b. coordenação do painel de agroenergia no Forum das Américas, realizado em São Paulo;
- c. colaboração para a organização e realização do I Seminário Nacional de Agroenergia no Paraguai;
- d. elaboração dos seguintes programas operativos relacionados com as atividades de agroenergia:
  - . Convênio com o Ministério da Agricultura.
  - . Convênio sobre Áreas de Demonstração no Rio Grande do Sul.
    - Área de Demonstração no Estado da Bahia;
    - Área de Demonstração no Norte do Estado do Rio de Janeiro;
    - Área de Demonstração na Amazônia.
- e. elaboração e apresentação de um programa sobre agroenergia e negociações de apoio técnico e financeiro por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- f. elaboração do Projeto de Intercâmbio e Capacitação de Recursos Humanos no Campo da Agroenergia;
- g. início do estabelecimento de um Núcleo de Documentação sobre agroenergia no Escritório do IICA em Brasília.
- h. contribuição para a elaboração da Bibliografia sobre Biomassa, publicada pelo IICA/CIDIA;
- i. participação do Coordenador do Programa e do Especialista de Agroenergia em várias reuniões sobre agroenergia;
- j. início de um Inventário dos Projetos de Pesquisa e Produção na Área de Biomassa, no País;
- l. estágios de um grupo de 14 técnicos do Paraguai e Uruguai em várias instituições que estão desenvolvendo projetos de biomassa.

## B. Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

### 1. Negociação e assinatura dos seguintes instrumentos de cooperação técnica:

- a. Convênio com o Ministério do Interior, para apoio ao Programa de Irrigação, através do fortalecimento institucional e técnico e a capacitação de recursos humanos;
- b. Convênio com o Ministério da Agricultura, para apoio ao Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas (PROVARZEAS).
- c. Termo Aditivo ao Convênio MINTER/IICA, para apoio à SUDENE nos Programas de Irrigação, Projeto Ser-tanejo e de Capacitação de Recursos Humanos.
- d. Convênio com o Governo do Rio Grande do Sul para apoio na formulação e desenvolvimento de um Programa de Irrigação para o Estado;
- e. Convênio com o Governo da Bahia para apoio na elaboração, implantação e monitoramento de programas e projetos de irrigação;
- f. Convênio com o Governo do Rio Grande do Norte para apoio à Secretaria de Agricultura na elaboração e implantação de modelos de pequena irrigação.

### 2. Atividades técnicas:

Com o MINTER

- a. apoio na definição, implantação e funcionamento da estrutura técnico-administrativa em matéria de irrigação.
- b. formulação de um anteprojeto para a criação de um Centro de Estudos Avançados e Treinamento de Recursos Humanos para a Agricultura Irrigada;
- c. realização de uma reunião técnica com dirigentes de instituições nacionais ligadas à irrigação para o aprimoramento da legislação vigente em matéria de irrigação.

Com a SUDENE:

- a. realização de um diagnóstico do desempenho do Programa de Irrigação do Nordeste;

- b. implantação de 4 projetos de pequena irrigação nos Estados do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte;
- c. assessoramento ao Projeto Sertanejo nos aspectos ligados ao monitoramento e à avaliação de projetos em execução;
- d. preparação da primeira versão do "Manual de Crédito Fundiário" para uso no Projeto Sertanejo;
- e. assessoramento na definição e estruturação do Programa de Capacitação para o Projeto Sertanejo;
- f. assessoramento na revisão dos projetos de capacitação em irrigação desenvolvidos nas Universidades e Secretarias de Agricultura no Nordeste.

Com o Projeto Norte Fluminense:

- a. realização de um Curso sobre Sistematização de Terras e delineamento de sistemas de irrigação e drenagem nas áreas de cana-de-açúcar, em Campos, Rio de Janeiro;
- b. início da coleta de dados dos 5 projetos demonstrativos de pequena irrigação da cana-de-açúcar no Norte Fluminense;
- c. realização de uma reunião técnica e dia de campo para apresentação dos resultados dos primeiros projetos demonstrativos de pequena irrigação da cana-de-açúcar e publicação de um boletim de divulgação desses resultados;
- d. preparação da primeira versão de uma publicação sobre "Informação Técnico-Econômica de Projetos de Pequena Irrigação da Cana-de-Açúcar";
- e. assessoramento à COOPERPLAN na elaboração e implantação de três novos projetos de pesquisa de irrigação da cana-de-açúcar.

Com a CODEVASF:

- a. conclusão da elaboração de manuais normativos e técnicos referentes à operação e manutenção de Perímetros de Irrigação;
- b. início da aplicação daqueles manuais, a nível de campo;

c. preparação e publicação dos seguintes documentos:

- . Guia Metodológico para a implantação, manejo e de desenvolvimento de perímetros irrigados;
- . Boletim de divulgação: "Agricultura Irrigada com Pequenos Produtores: A experiência de São Desidério, Bahia, Brasil";
- . Guia metodológico para a organização de produtores em áreas irrigadas;

Com o Projeto de Desenvolvimento Regional da Bahia:

- a. início das atividades de irrigação com a avaliação de projetos sobre cinco barragens de terra para uso múltiplo;
- b. análise e avaliação dos projetos sobre irrigação, programados para implantação pelo Estado em 1981;

No Rio Grande do Norte:

- a. início da implantação de um modelo de pequena irrigação na Região Semi-árida do Seridó.

#### C. Organização de Pequenos Produtores

- a. elaboração das diretrizes da "Área de Concentração" - Organização de Pequenos Produtores, com base nas conclusões da Reunião de Especialistas do IICA no Brasil, realizada em fins de 1979;
- b. diagnóstico das diferentes formas de organização de pequenos produtores, para a elaboração de projetos específicos a serem executados em 1981, nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.
- c. elaboração dos projetos específicos para os Estados da Bahia e Rio Grande do Sul e para o componente de organização de pequenos produtores de borracha compreendido no Convênio IICA/SUDHEVEA;
- d. início do projeto do Fundo Simon Bolívar "Apoio para aumentar a produção de alimentos e fibras na Região do Seridó, no Rio Grande do Norte, através da organi-

zação de pequenos produtores e uso de sistemas de pequena irrigação";

- e. publicação e divulgação de monografia "Guia Metodologica para la Organización de los Productores en Perímetros Ir rigados";
- f. publicação de coletânea de trabalhos intitulada "Transferência de Tecnologia e o Pequeno Agricultor", de autoria do Especialista do IICA, Juan Diaz Bordenave, para ser usado na capacitação de pessoal;
- g. participação do Programa Rural Norte no "Diálogo Continental sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural", nos aspectos de organização de pequenos produtores.

D. Educação para o Desenvolvimento Rural

- a. início da implementação do Projeto "Sistema Integrado de Educação Rural (SIER)", em Convênio com a Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco;
- b. início das atividades do Convênio com a Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco;
- c. início das atividades do Convênio com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará;
- d. firmados três novos Convênios de Cooperação Técnica com:
  - . Secretaria da Educação de Pernambuco;
  - . Secretaria da Educação do Espírito Santo;
  - . Secretaria da Educação do Amazonas.
- e. firmadas cartas de entendimento com:
  - . Secretaria de Educação Municipal de São Paulo;
  - . Secretaria de Educação do Rio de Janeiro.
- f. elaborado e apresentado ao Ministério da Educação um perfil de projeto para a celebração de um Convênio de cooperação técnica com aquele Ministério;
- g. elaborado e apresentado ao IDRC, do Canadá, um projeto para o desenho de um sistema de avaliação do projeto SIER, com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Já aprovado o apoio financeiro de US\$. . . . 70.000 durante um ano;

- h. negociação e obtenção de apoio do BID para que 8 técnicos das Secretarias de Educação do Amazonas, Ceará, Pernambuco e Espírito Santo realizem estágio na Colômbia e Costa Rica;
- i. obtenção de 4 bolsas de estudos da OEA para uma viagem de estudos de quatro técnicos das Secretarias de Educação do Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro, para analisar projetos de educação rural e de periferia urbana no Chile.
- j. realização da Reunião Anual do Programa de Educação de Adultos Alberto Masferrer da OEA, com o co-patrocínio do IICA, na sede da Secretaria de Educação de Pernambuco.

E. Programas Multinacionais com Projetos sediados no Brasil

IICA/TRÓPICOS

- a. elaboração de uma proposta para a reestruturação do Programa e do Documento "Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Agricultura da Amazônia" - sugestões para o Tratado de Cooperação Amazônica;
- b. assessoria ao Governo do Equador para o manejo da baía Daule-Peripe, situada ao norte de Guayaquil;
- c. assessoramento ao Programa Nacional do Trópico no Perú.
- d. reunião para a elaboração do Projeto de Produção de Alimentos em Várzeas do Vale Amazônico;
- e. reunião para o estudo de sistemas tradicionais de produção agrícola na Amazônia;
- f. estabelecimento de um programa de cooperação técnica com a SUDAM, na área de recursos naturais renováveis;
- g. curso de Profissionalização de Engenheiros Florestais da Amazônia;
- h. participação na reunião de programação geral para a Amazônia, realizada em Santarém;
- i. assessoria à SUDAM para a elaboração do projeto de quelônios, para execução através da Secretaria de Agricultura do Território Federal de Roraima;
- j. preparação da 2ª Reunião do Comitê Organizador da Rede de Pesquisa Agrária da Amazônia.
- l. apoio à preservação dos recursos naturais da Amazônia;
- m. assessoramento ao Programa Nacional do Trópico no Perú.

Sanidade Animal

- a. Levantamento preliminar da situação das instituições nacionais de pesquisa veterinária.
- b. Consultas com instituições nacionais relacionadas com a pesquisa veterinária e a defesa sanitária animal, com vistas à preparação de uma proposta para o apoio financeiro a um projeto sobre diagnóstico e pesquisa em saúde animal no Brasil.
- c. Definição de prioridades para a elaboração do programa operativo na área de sanidade animal a ser desenvolvido no país durante o ano de 1981.

Participação da Família e da Mulher no Desenvolvimento Rural

- a. diagnóstico da situação no campo, em Pernambuco e Ceará;
- b. orientação da confecção de uma bibliografia anotada sobre a mulher brasileira no meio rural;
- c. elaboração de um projeto de transferência de tecnologia para a produção, incorporando a mulher rural no desenvolvimento do Nordeste Brasileiro;
- d. elaboração do projeto de integração da família rural e a mulher rural no desenvolvimento;
- e. realização de cinco seminários a nível comunitário em Pernambuco;
- f. apoio à elaboração de um perfil de projeto para a integração IICA/CODEVASF/Universidade de Viçosa, num programa de tecnologia de alimentos, para ser aplicado em programas da CODEVASF;
- g. elaboração de um perfil de documento sobre tecnologia apropriada para a família rural;
- h. colaboração no estudo de uma proposta para a reformulação das Escolas de Economia Doméstica.

F. Outros ProjetosCooperação Técnica EMBRAPA-Banco Mundial-IICA

Tem como objetivo apoiar a pesquisa agropecuária desenvolvida pelo Sistema Nacional de Pesquisa, através da EMBRAPA, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País.

- a - Os serviços de consultoria a curto prazo foram prestados por 41 consultores, com um total de 73 meses/homem, que atenderam a 11 unidades de pesquisa, em relação às seguintes áreas de trabalho: patologia de insetos, entomologia para várias culturas; sanidade animal; melhoramento do búfalo; melhoramento animal, re produção animal; ecologia das pastagens; pastagens nativas em zonas áridas; manejo de caprinos; nutrição de caprinos, sistemas de produção animal; sistemas silvopastoris; sistemas de produção; sistemas agro-florestais; sistemas de cultivos; melhoramento de hortaliças; melhoramento de frutas tropicais; fertilidade do solo; climatologia; eco-fisiologia e estatística.
- b - Os serviços de consultoria a longo prazo foram prestados por 21 consultores, com um total de 202 meses/homens, que atenderam a 12 unidades de pesquisa, em relação às seguintes áreas de trabalho: horticultura; fitomelhoramento; genética; fisiologia vegetal; fitopatologia em várias culturas, entomologia em várias culturas; fertilidade do solo; ecologia; nutrição animal; manejo de caprinos; melhoramento de caprinos; irrigação; mecanização; engenharia agrícola; estatística; informação e computação.
- c - Foram concedidas 24 bolsas de estudos a técnicos que trabalham em três unidades de pesquisa.

#### Cooperação Técnica EMBRAPA - BID - IICA

Tem como objetivo apoiar a pesquisa agropecuária desenvolvida pelo Sistema Nacional de Pesquisa, através da EMBRAPA, nas regiões Sul e Sudeste e os Centros Nacionais de Recursos Genéticos e de Sementes, além do Serviço de Solos.

- a - Os serviços de consultoria a curto prazo foram prestados por 26 consultores, com um total de 35 meses/homem, que atenderam a 11 unidades de pesquisa, em relação às seguintes áreas de trabalho: doenças de bovinos; patologia animal; pastagens; produção de ovinos; melhoramento genético; cultura de tecidos; fitotecnia; fisiologia vegetal; fisiologia de sementes; fisiologia pós-colheita; hormônios e reguladores de crescimento; ampelografia; classificação de solos; fertilidade de solos; ecologia vegetal; agroclimatologia; entomologia; controle integrado de pragas e controle químico de doenças.

- b - Os serviços de consultoria a longo prazo foram prestados por um consultor com um total de 12 meses/homem. No próximo mês de novembro, quatro novos consultores serão incorporados à equipe do Programa. Foram atendidas cinco unidades de pesquisa, no tocante à avaliação sócio-econômica dos resultados desta.

#### CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SUDEPE/IICA

As duas áreas prioritárias de ação desse Convênio de Cooperação com a SUDEPE compreendem:

- a. a estruturação e operacionalização do sistema de documentação e informação;
- b. a criação e implementação do sistema de informação gerencial, com o objetivo básico de propiciar aos níveis gerenciais e técnicos da SUDEPE o acesso às informações essenciais para a tomada de decisões;
- c. prover um serviço de informação ao setor pesqueiro do país e às entidades públicas e privadas interessadas nos assuntos da pesca.

Com a colaboração do IICA/CIDIA foram prestados serviços de consultoria para a montagem dos programas para o estabelecimento de sistemas de informação e documentação na SUDEPE.

#### CONVÊNIO CEPLAC/IICA

- a. apoio ao programa de recursos genéticos do cacau, compreendendo a ampliação do banco de recursos genéticos do CEPEC, o levantamento e estudo de recursos genéticos na Amazônia e o acompanhamento dos trabalhos de quarentena realizados pelo Serviço de Introdução de Plantas do CEPEC, em Salvador, Bahia;
- b. avaliação e comportamento de variedades de cacau, no CEPEC, Bahia e na Amazônia;
- c. participação na comissão de avaliação das pesquisas sobre cacau realizadas na Amazônia;
- d. condução de explorações botânicas no Estado do Acre;
- e. colaboração com o programa de pesquisas sobre a "Vassoura de Bruxa" e a "Podridão Parda" do cacau;
- f. revisão dos programas de estradas vicinais, eletrificação rural e pecuária bovina;

- g. elaboração dos planos de trabalho para os programas de regionalização e zoneamento agrícolas para o Sudeste da Bahia, e de agroindústria.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SUDHEVEA/IICA

Foram concluídas as negociações e firmado um Convênio de Cooperação Técnica com a Superintendência da Borracha, com o objetivo de estabelecer as bases de apoio do IICA na execução de Programa de Incentivo à Produção da Borracha-PROBOR. O mencionado Convênio encontra-se em fase de instalação. O programa de operação para 1981 está concluído e já foram iniciadas as primeiras atividades de campo relacionadas com o programa de crédito e organização de produtores.

Apoio à Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior - ABEAS

- a. assessoramento para a elaboração do perfil de projeto sobre o "Programa Nacional de Integração Educação-Produção", para orientar os esforços de ensino, pesquisa e extensão universitárias no sentido da solução dos problemas que limitam o aumento da produção em suas respectivas áreas de influência;
- b. cooperação na organização técnica das reuniões da ABEAS.

Apoio à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER

- a. assessoramento para o estudo de factibilidade de um modelo de assistência técnica alicerçado na experiência dos Grupos CREA, na Argentina, compreendendo o levantamento da situação dos grupos existentes no Rio Grande do Sul e o intercâmbio de técnicos para observarem e informarem-se sobre a experiência daqueles Grupos.

Apoio à Biblioteca Nacional de Agricultura - BINAGRI

- a. treinamento de pessoal em reuniões técnicas do sistema AGRIS-AGRINTER.
- b. assessoramento técnico para o desenvolvimento da referida Biblioteca;
- c. cooperação na aquisição de livros técnicos.

Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Fertilizantes

- a. assinatura do Convênio de cooperação técnica a ser financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- b. elaboração do plano de trabalho e execução de medidas para a implementação do Convênio.

2. Aspectos Operacionais

A. Estrutura técnico-administrativa do Escritório do IICA-Brasil

Com o objeto de dinamizar as atividades do IICA no Brasil, em conformidade com as Diretrizes ora propostas, foi adotada, através da Instrução Interna IICA.BR-06/80 (Anexo I), uma nova estrutura técnico-administrativa do Escritório do IICA no Brasil, que permitirá a utilização mais racional dos seus recursos humanos e financeiros, tendo em conta as políticas, os regulamentos, as normas e os procedimentos do Instituto. Esta estrutura está sendo implantada em forma gradual e será completada quando o Escritório do IICA-Brasil instalar-se em Brasília, no início de 1981.

B. Análise da situação financeira do Escritório

Foi feita uma revisão da situação financeira do Escritório, envolvendo, em particular, uma análise dos recursos de extracotas. Foi elaborado e adotado um sistema de controle financeiro.

C. Análise dos Convênios

Foi feita uma análise de cada Convênio, para verificar o período de vigência, os compromissos das partes contratantes, o cumprimento dos seus objetivos e das obrigações correspondentes. Foi elaborado um novo formato para os convênios, no qual estarão estipuladas mais claramente as responsabilidades jurídicas, financeiras e operacionais das partes contratantes.

D. Revisão da política salarial

Foi realizado um estudo do mercado de trabalho, que deu base à elaboração de uma nova escala salarial para o Pessoal de Serviços Gerais contratado no Brasil, submetida à aprovação da Direção Geral do Instituto.

E. Transferência do Escritório do IICA/Brasil para Brasília

A partir de janeiro de 1981, o Escritório do IICA no Brasil terá sido transferido do Rio de Janeiro para Brasília, permitindo que as equipes técnicas e administrativas, ora sediadas em ambas cidades, se completem em forma harmônica, tornando os serviços do Escritório mais operantes e mais econômicos. Para tal fim, foi contratado o arrendamento de uma área em Brasília e foram feitos estudos sobre os custos da transferência, envolvendo os aspectos de pessoal e de transporte dos haveres do Escritório.

F. Organização do Setor de Documentação do Escritório do IICA em Brasília

Com a colaboração da BINAGRI, foi elaborado um projeto para a organização do setor de documentação básica, que será constituído do material bibliográfico necessário para apoiar o pessoal profissional do Escritório na execução das atividades dos programas do Instituto no Brasil.

## V. PROGRAMA-OPERATIVO DE 1981

A compatibilização dos projetos que formam o Programa-Operativo do IICA para 1981, com as Áreas de Concentração selecionadas e, consequentemente, com as prioridades da política agropecuária definida pelo Governo, tem sido uma constante preocupação da Administração do Instituto.

Este documento não pretende fazer uma descrição exaustiva dos projetos contidos no Programa-Operativo 1981. O propósito é apresentar, de forma sucinta, as principais características de cada projeto no que se refere aos seus objetivos, o sistema institucional que apoia a sua execução e os recursos humanos e financeiros envolvidos na sua implementação.

Cabe mencionar que dentro do Programa-Operativo do IICA no Brasil para 1981 encontram-se ações conjunturais utilizadas como mecanismos de programação interna e outras como mecanismos para manter vínculos com importantes instituições do setor público agrícola brasileiro. Neste último caso, estas ações conjunturais são desenvolvidas objetivando a geração de um projeto dentro das diretrizes para a ação do IICA no País.

### 1. Projetos e Ações Conjunturais

#### 1.1 Projetos Nacionais

##### 1.1.1 Em convênio com o Ministério da Agricultura e Organismos Vinculados:

##### a. PROJETO MINAGRI - Programa de Agroenergia

- Objetivo: Cooperação técnica à Comissão Especial - Secretaria Geral do MINAGRI para :
  - a) articular a política agroenergética no âmbito do Ministério;
  - b) acompanhar a evolução das ações do Ministério na área de agroenergia e
  - c) apoiar a articulação do Programa Agroenergético com outros órgãos envolvidos no problema energético.
- Organismo financiador: MINAGRI, através do Convênio MINAGRI/IICA.
- Organismo beneficiário: MINAGRI - Comissão Especial de Energia.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Planejamento Agrícola
  - Do MINAGRI
    - Técnicos de contrapartida da Comissão Especial de Energia do MINAGRI

- Recursos financeiros

Cr\$ 8.371.816

US\$ 139.400

b. PROJETO MINAGRI - Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas-PROVARZEAS

- Objetivo: Cooperação técnica para a elaboração e implantação de projetos de pequena e média irrigação.

- Organismo financiador: MINAGRI, através do Convênio MINAGRI/IICA.

- Organismos Beneficiários: Coordenadoria de Irrigação e Drenagem da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária (SNPA) do MINAGRI e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - (EMBRATER).

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA

1 Especialista em Irrigação

1 Especialista em Capacitação de Recursos Humanos para a Agricultura Irrigada

- Do MINAGRI

Técnicos de contrapartida da SNPA e EMBRATER.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 13.041.600

US\$ 215.600

c. PROJETO EMBRAPA/BANCO MUNDIAL/IICA

- Objetivo: Cooperação técnica à EMBRAPA para implantar o Programa de Pesquisa nos Centros apoiados pelo Contrato de empréstimo número 124-BR, EMBRAPA/Banco Mundial, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

- Organismo Financiador: EMBRAPA, através do contrato de empréstimo com o Banco Mundial.

- Organismo Beneficiário: EMBRAPA

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA

2 Especialistas em Administração, Coordenação e Supervisão de Projetos de Pesquisa Agropecuária

- Da EMBRAPA

Técnicos de contrapartida dos Centros Nacionais de Pesquisa

. Recursos Financeiros

Cr\$ 249.164.200

US\$ 4.119.097

d. PROJETO EMBRAPA/BID/IICA

- . Objetivo: Cooperação técnica à EMBRAPA para im plantar o Programa de Pesquisa nos Centros a apoiados pelo contrato de empréstimo EMBRAPA/BID, nas regiões Centro-Este e Sul do Brasil e nos Centros Nacionais de Solos, Recursos Genéticos e Sementes.
- . Organismo Financiador: EMBRAPA, através do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- . Organismo Beneficiário: EMBRAPA
- . Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
  - Da EMBRAPA  
Técnicos de contrapartida dos Centros Nacionais de Pesquisa da EMBRAPA.
- . Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 94.972.500
  - US\$ 1.570.053

e. PROJETO CEPLAC/IICA - Desenvolvimento Regional

- . Objetivos: Cooperação técnica à CEPLAC para a elaboração e implantação de Programas de Desenvolvimento Regional no Sudeste da Bahia.
- . Organismo Financiador: CEPLAC, através do Convênio CEPLAC/IICA.
- . Organismo Beneficiário: CEPLAC - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento (DEADE)

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA  
2 Especialistas em Desenvolvimento Regional
- Da CEPLAC  
Técnicos de contrapartida da DIVES/DEADE

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 12.190.400  
US\$ 160.000

f. PROJETO CEPLAC - Apoio à Pesquisa do Cacau

- Objetivo: Cooperação técnica à CEPLAC na elaboração e execução de projetos de pesquisa físico-biológicas para a expansão do cultivo do cacau no Brasil.
- Organismo Financiador: CEPLAC, através do Convênio CEPLAC/IICA.
- Organismo Beneficiário: CEPLAC
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA  
1 Especialista em Genética do Cacau
  - Da CEPLAC  
Técnicos de contrapartida do CEPEC
- Recursos Financeiros:

Cr\$ 3.809.600  
US\$ 50.000

g. PROJETO SUDEPE

- Objetivo: Cooperação técnica para a implantação e operacionalização do Sistema de Documentação e Informação Pesqueira da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE.
- Organismo Financiador: SUDEPE, através do Convênio SUDEPE/IICA.
- Organismo Beneficiário: SUDEPE

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA
  - 1 Especialista em Banco de Dados
- Da SUDEPE
  - Técnicos de contrapartida da Coordenadoria de Modernização Administrativa.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 6.049.000  
US\$ 100.000

1.1.2 Em convênio com o Ministério do Interior - MINTER e Organismos Vinculados

a. PROJETO MINTER

- Objetivo: Cooperação técnica ao MINTER na de finição, coordenação e implantação da política nacional de irrigação.
- Organismo Financiador: MINTER, através do Convênio MINTER/IICA.
- Organismo Beneficiário: Subsecretaria de Programas Regionais da Secretaria de Planejamento do MINTER.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialist em Política de Irrigação
    - 1 Especialista em Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
  - Do MINTER
    - Técnicos de contrapartida da Subsecretaria de Programas Regionais.
- Recursos Financeiros:

Cr\$ 15.889.500  
US\$ 262.680

b. PROJETO SUDENE

- Objetivo: Cooperação técnica com a SUDENE para 1) coordenar e supervisionar a implantação da política de irrigação; 2) execução e avaliação do Projeto Sertanejo e c) capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

- . Organismo Financiador: MINTER e SUDENE, através do Convênio MINTER/IICA.
- . Organismos Beneficiários: SUDENE, CODEVASF e DNOCS.
- . Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Planificação e Capacitação de Recursos Humanos
    - 1 Especialista em Modelos de Pequena Irrigação
    - 1 Especialista em Manejo de Projetos
    - 1 Especialista em Avaliação de Projetos
    - 1 Especialista em Irrigação
  - Dos organismos beneficiários
    - Técnicos de contrapartida da SUDENE, CODEVASF e DNOCS.
- . Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 18.524.900
  - US\$ 306.248

c. PROJETO CODEVASF

- . Objetivo: Cooperação técnica à CODEVASF para a implantação e operação de perímetros irrigados e a organização de pequenos produtores.
- . Organismo Financiador: CODEVASF
- . Organismo Beneficiário: CODEVASF
- . Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Operação e Manutenção de Perímetros Irrigados
    - 1 Especialista em Desenvolvimento Físico Parcelar
    - 1 Especialista em Cooperativismo
  - Da CODEVASF
    - Técnicos de contrapartida.
- . Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 8.391.800
  - US\$ 138.731

## d. PROJETO NORTE FLUMINENSE

- Objetivo: Cooperação técnica para promover o aumento da produção e da produtividade da cana-de-açúcar, utilizando a técnica da irrigação, no Norte do Estado do Rio de Janeiro.
- Organismo Financiador: MINTER, através do Convênio MINTER/IICA.
- Organismo Beneficiário: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro - EMATER-RJ e Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado do Rio de Janeiro - Ltda. COOPERPLAN (Pequenos e Médios Produtores).
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Produção Agrícola Irrigada
  - Dos organismos beneficiários
    - Técnicos de contrapartida da EMATER-RJ e COOPERPLAN.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 3.283.800
  - US\$ 53.460

OBS: Este Projeto deverá ser integrado a um projeto que vem sendo elaborado no momento e que tem uma concepção mais ampla, e abrange as áreas de organização de produtores, produção de alimentos, agroenergia e pequena e média irrigação.

1.1.3 Em Convênio com o Ministério da Indústria e Comércio e Organismos Vinculados.

## PROJETO SUDHEVEA

- Objetivo: Cooperação técnica com a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha, SUDHEVEA na execução do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR.

- Organismo Financiador: SUDHEVEA, através do Convênio SUDHEVEA/IICA.
- Organismo Beneficiário: SUDHEVEA
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 3 Especialistas em Tecnologia da Borracha
    - 1 Especialista em Crédito Agrícola
  - Do organismo beneficiário
    - Técnicos de contrapartida da SUDHEVEA
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 31.707.600
  - US\$ 524.179

#### 1.1.4 Em Convênio com Governos Estaduais e Outros

##### a. PROJETO BAHIA

- Objetivo: Cooperação técnica ao Governo da Bahia nas áreas de sistemas de avaliação e supervisão da execução de programas e projetos de desenvolvimento rural e regional, estudos subsetoriais, organização de produtores, pequena e média irrigação e agroenergia.
- Organismo Financiador: Governo da Bahia, através do Convênio Governo da Bahia/IICA.
- Organismos Beneficiários: Secretaria de Planejamento - Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB) e Coordenação de Ação Regional (CAR).
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Projetos de Desenvolvimento Agrícola
    - 1 Especialista em Recursos Naturais
    - 1 Especialista em Economia Agrícola
    - 1 Especialista em Irrigação
    - 1 Especialista em Organização de Produtores.
  - Do Governo do Estado
    - Técnicos de contrapartida da CEPLAB e CAR.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 27.706.800
  - US\$ 458.040

## b. PROJETO RIO GRANDE DO SUL - Agroenergia

- Objetivo: Cooperação técnica ao Governo do Rio Grande do Sul na definição e operacionalização de um grupo interinstitucional de trabalho para a coordenação dos estudos e ações na área de agroenergia e na parte final de estudos e projetos relativos às opções agroenergéticas do Estado.
- Organismo Financiador: Governo do Estado, através do Convênio Governo do Rio Grande do Sul/IICA.
- Organismos Beneficiários: Secretaria de Agricultura, através da Comissão Estadual - de Planejamento Agrícola e Secretaria de Coordenação e Planejamento.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA  
Consultores curto prazo
  - Do Governo do Estado  
Técnicos de contrapartida da Secretaria - de Agricultura e Secretaria de Coordenação e Planejamento.
- Recursos Financeiros:

|      |           |
|------|-----------|
| Cr\$ | 3.393.500 |
| US\$ | 56.100    |

## c. PROJETO RIO GRANDE DO SUL - Irrigação

- Objetivo: Cooperação técnica ao Governo do Rio Grande do Sul na formulação e desenvolvimento de um Programa de Irrigação.
- Organismo Financiador: Governo do Estado, através do Convênio Governo do Rio Grande do Sul/IICA.
- Organismos Beneficiários: Secretaria de Agricultura e EMATER-RS.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA  
1 Especialista em Irrigação
  - Do Governo do Estado  
Técnicos de contrapartida da Secretaria de Agricultura, EMATER-RS.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 5.389.700  
US\$ 89.100

d. PROJETO RIO GRANDE DO SUL - Organização de Produtores.

- Objetivo: Cooperação técnica ao Governo do Rio Grande do Sul na elaboração e implementação de projetos de organização de pequenos produtores.

- Organismo Financiador: Governo do Estado, através do Convênio Governo do Rio Grande do Sul/IICA.

- Organismo Beneficiário: Secretaria de Agricultura.

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA  
1 Especialista em Organização de Produtores
- Do Governo do Estado  
Técnico de contrapartida em Sistema de Agricultura.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 5.123.500  
US\$ 84.700

e. PROJETO PERNAMBUCO

- Objetivo: Cooperação técnica à Secretaria de Educação de Pernambuco (SEC-PE) na implantação do Sistema Integrado de Educação Rural.

- Organismo Financiador: Governo de Pernambuco, através do Convênio SEC-PE/IICA.

- Organismo Beneficiário: Secretaria de Educação do Estado.

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA  
1 Especialista em Educação Rural

- Do Governo Estadual

Técnicos de contrapartida da SEC-PE.

• Recursos Financeiros:

Cr\$ 6.049.000

US\$ 100.000

f. PROJETO ESPIRITO SANTO

• Objetivo: Cooperação técnica à Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEC-ES) no planejamento e execução dos programas de educação rural e periferia urbana.

• Organismo Financiador: Governo do Espírito Santo, através do Convênio Secretaria de Educação do Espírito Santo/IICA.

• Organismo Beneficiário: SEC-ES

• Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA

2 Especialistas em Educação Rural

- Do Governo Estadual

Técnicos de contrapartida da SEC-ES.

• Recursos Financeiros:

Cr\$ 6.049.000

US\$ 100.000

g. PROJETO AMAZONAS

• Objetivo: Cooperação técnica ao Governo do Amazonas nas áreas de educação rural e organização de pequenos produtores.

• Organismo Financiador: Governo do Amazonas, através do Governo do Amazonas/IICA.

• Organismo Beneficiário: Secretaria de Educação e Produção Rural do Estado do Espírito Santo.

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA

1 Especialista em Educação Rural  
Outros a definir

- Dos organismos beneficários

Técnicos de contrapartida da Secretaria de Educação e da Produção Rural.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 3.024.500

US\$ 50.000

#### h. PROJETO SÃO PAULO

- Objetivo: Cooperação técnica à Secretaria Municipal do Estado de São Paulo (SEC-SP), na implementação do Programa Não-formal para a periferia de São Paulo.

- Organismo Financiador: Governo Municipal, através do Convênio SEM-SP/IICA.

- Organismo Beneficiário: Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo.

- Recursos Humanos:

- Contratdos pelo IICA

1 Especialista em Educação Rural

- Do Governo Municipal

Técnicos de contrapartida da Secretaria Municipal de Educação.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 2.941.900

US\$ 48.635

#### i. PROJETO PERNAMBUCO

- Objetivo: Cooperação técnica com a SEC-PE para o delineamento do Sistema de Avaliação para projetos de sistemas integrados de educação rural.

- Organismo Financiador: IDRC.
- Organismo Beneficiário: SEC-PE
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA  
1 Especialista em Educação Rural
  - Do Governo do Estado  
Técnicos de contrapartida da SEC-PE.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 4.000.400
  - US\$ 66.134

j. PROJETO CEFER

- Objetivo: Cooperação técnica ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo na implementação do seu programa de pesquisas no Centro de Fertilizantes (CEFER).
- Organismo Financiador: IPT-CEFER, através do Convênio IPT-CEFER/IICA e recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Organismo Beneficiário: CEFER
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA  
Consultores de curto prazo
  - Do IPT  
Técnicos de contrapartida do CEFER.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 1.330.800
  - US\$ 22.000

## 1.2 Programas Multinacionais e Fundo Simón Bolívar com Projetos sediados no Brasil

### a. PROJETO DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA A FAMILIA E A MULHER RURAL

- Objetivo: Cooperação técnica a organismos nacionais em projetos de transferência de tecnologia agropecuária a propriedade para os grupos de produção que contemplam a mulher e a família rural.
- Organismos Beneficiários: SEC-PE, EMATER-PE e CODEVASF.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Organização Rural
  - Dos organismos beneficiários
    - Técnicos de contrapartida da SEC-PE, EMATER-PE e CODEVASF.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 3.629.000
  - US\$ 60.000

### b. PROJETO TRÓPICOS

- Objetivo: Canalizar atividades visando a solução de problemas comuns a seis países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), no que diz respeito à valorização de suas áreas de Trópico úmido da Amazônia.
- Organismo Financiador: IICA
- Organismos Beneficiários: Ministério da Agricultura, através dos seus organismos especializados.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Desenvolvimento dos Trópicos
  - Dos organismos beneficiários
    - Técnicos de contrapartida nacional.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 5.400.000
  - US\$ 90.000

## c. PROJETO RIO GRANDE DO NORTE

- Objetivo: Cooperação técnica ao Governo do Rio Grande do Norte para o aumento da produção de alimentos e fibras na Região do Seridó, através da organização de produtores e uso de sistemas de pequena irrigação.
- Organismo Financiador: IICA, através do Fundo Simón Bolívar.
- Organismos Beneficiários: Secretaria de Agricultura e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão - Rural do Rio Grande do Norte, EMATER-RN.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Especialista em Organização de Produtores
    - 1 Especialista em Pequena Irrigação
  - Do Governo do Estado
    - Técnicos de contrapartida da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte e EMATER-RN.
- Recursos Financeiros:
  - Cr\$ 4.839.000
  - US\$ 80.000

## d. PROJETO SANIDADE E PRODUÇÃO ANIMAL

- Objetivo: Assessoria técnica para o estabelecimento de programas efetivos de controle ou erradicação de doenças e pragas dos animais domésticos de valor econômico; intercâmbio de informação; estabelecimento de uma rede de laboratórios de diagnóstico e pesquisa veterinária no Hemisfério; legislação sobre o controle e erradicação das doenças dos animais.
- Organismo Financiador: IICA, através do Programa de Sanidade e Produção Animal.
- Organismos Beneficiários: Organismos especializados do Ministério da Agricultura.
- Recursos Humanos:
  - Contratados pelo IICA
    - 1 Veterinário Regional

- Dos organismos beneficiários

Contrapartida de veterinários dos serviços especializados.

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 11.000.000

US\$ 182.000

e. PROJETO DE PESQUISA SOBRE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

- Recursos Humanos:

- Contratados pelo IICA

2 Consultores

- Recursos Financeiros:

Cr\$ 2.420.000

US\$ 40.000

### 1.3 Ações de Conjuntura

#### 1.3.1 Com organismos nacionais

Desenvolver-se-ão ações conjunturais visando a geração de projetos consistentes com as áreas de concentração, com as seguintes instituições:

- a. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER.
- b. Sistema Nacional de Documentação e Informação Agrícola - Biblioteca Nacional de Agricultura.
- c. Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior - ABEAS.
- d. Universidade Federal de Pelotas.

#### 1.3.2 Programação interna do IICA

- a. Formulação e aprovação do Programa Operativo de 1982.
- b. Coordenação dos projetos do Programa Operativo de 1981.
- c. Promoção de Novos Projetos.

## 2. RECURSOS HUMANOS

A operacionalização do Programa-Operativo do IICA no Brasil se procede através de:

- a. Profissionais Internacionais do Quadro do IICA, sediados no Brasil, financiados com recursos procedentes da contribuição dos Estados Membros e,
- b. Profissionais Internacionais Temporários e consultores de curto prazo contratados com recursos financeiros dos organismos - nacionais e de organismos financeiros internacionais.

Os técnicos antes mencionados encontram-se distribuídos nas bases de operação dos diversos projetos, que se executam em diferentes Estados da Federação.

### 2.1 Profissionais Internacionais financiados com recursos do IICA e sediados no Brasil:

- Diretor do Escritório, Especialista em Programação Agrícola
- Um Especialista em Economia Agrícola
- Um Especialista em Comercialização Agrícola
- Um Especialista em Crédito Agrícola
- Um Especialista em Educação Rural
- Um Especialista em Agroenergia
- Um Especialista em Conservação e Manejo de Terras e Águas
- Um Especialista em Organização de Produtores
- Dois Especialistas em Administração, Coordenação e Supervisão de Projetos de Pesquisa Agropecuária.

#### Projetos Multinacionais:

- Um Especialista em Desenvolvimento dos Trópicos
- Um Especialista em Desenvolvimento da Família Rural
- Um Especialista em Saúde e Produção Animal
- Um Especialista em Organização Rural.

#### Projeto do Fundo Simón Bolívar:

- Um Especialista em Modelos de Pequena Irrigação
- Um Especialista em Organização de Produtores.

### 2.2 Profissionais Internacionais Temporários e Consultores de Curto Prazo financiados com recursos externos e sediados em orga nismos do Setor Público Agrícola Brasileiro.

## 2.2.1 Ministério da Agricultura e Organismos Vinculados:

|  |         |
|--|---------|
| - Um Especialista em Pequena Irrigação .....   | MA      |
| - Um Especialista em Implantação de Projetos .....   | MA      |
| - Um Especialista em Planejamento Agrícola...  | MA      |
| - Dois Especialistas em Desenvolvimento Regional .....   | CEPLAC  |
| - Um Geneticista do Cacau .....  | CEPLAC  |
| - Trinta e seis (36) profissionais em diversas especializações no campo da Pesquisa Agropecuária ..... | EMBRAPA |
| - Um Especialista em Banco de Dados .....  | SUDEPE  |

## 2.2.2 Ministério do Interior e Organismos Vinculados:

|   |          |
|---|----------|
| - Um Especialista em Política de Irrigação...                               | MINTER   |
| - Um Especialista em Desenvolvimento da Agricultura Irrigada .....          | MINTER   |
| - Um Especialista em Produção Agrícola Irrigada .....                       | MINTER   |
| - Um Especialista em Recursos de Pequena Irrigação .....                    | SUDENE   |
| - Um Especialista em Manejo de Projetos .....                               | SUDENE   |
| - Um Especialista em Avaliação de Projetos...                               | SUDENE   |
| - Um Especialista em Capacitação de Recursos Humanos .....                  | SUDENE   |
| - Um Especialista em Irrigação.....   | SUDENE   |
| - Dois Especialistas em Operação e Manutenção de Perímetros Irrigados ..... | CODEVASF |
| - Um Especialista em Assistência Técnica Irrigada .....                     | CODEVASF |

## 2.2.3 Governos Estaduais e Outros

|   |            |
|---|------------|
| - Dois Especialistas em Educação Rural .....                    | Ceará      |
| - Dois Especialistas em Educação Rural .....                    | Pernambuco |
| - Um Especialista em Educação Rural .....                       | Esp. Santo |
| - Um Especialista em Educação Rural .....                       | Amazonas   |
| - Um Especialista em Educação Rural .....                       | São Paulo  |
| - Um Especialista em Projetos de Desenvolvimento Agrícola ..... | Bahia      |
| - Um Especialista em Recursos Naturais .....                    | Bahia      |
| - Um Especialista em Planejamento Agrícola..                    | Bahia      |
| - Três Especialistas em Irrigação .....                         | Bahia      |
| - Um Especialista em Organização de Produtores .....            | Bahia      |
| - Um Especialista em Irrigação .....                            | Rio G. Sul |
| - Um Especialista em Organização de Produtores .....            | Rio G. Sul |
| - Um Especialista em Crédito Agrícola .....                     | SUDHEVEA   |
| - Três Especialistas em Tecnologia da Borracha .....            | SUDHEVEA   |

2.3 Síntese dos Profissionais Internacionais do IICA sediados no Brasil:

| Fonte de Financiamento                                     | Participação |        |
|--|--------------|--------|
|  | Nº           | %      |
| 1. IICA  |              |        |
| Programa Regular .....                                     | 8            | 8,90   |
| Projeto IICA/EMBRAPA/BID .....                             | 2            | 2,22   |
| Projetos Multinacionais .....                              | 4            | 4,44   |
| Projeto Fundo Simón Bolívar ....                           | 2            | 2,22   |
| SUB-TOTAL (1) .....  | 16           | 17,78  |
| 2. Organismos Nacionais                                    |              |        |
| Ministério da Agricultura e Orga<br>nismos Nacionais ..... | 43           | 47,78  |
| Ministério do Interior e Organismos Vinculados .....       | 11           | 12,22  |
| Governos Estaduais e Outros ....                           | 20           | 22,22  |
| SUB-TOTAL (2) .....  | 74           | 82,22  |
| TOTAL GERAL (1) + (2) .....                                | 90           | 100,00 |

2.4 Consultoria de Curto Prazo:

O IICA para execução do seu Programa-Operativo mobiliza, também, consultores de alto nível contratados por prazos inferiores a um ano que não constam dos itens anteriormente apresentados.

Nesta categoria de recursos humanos pode-se destacar para o presente exercício o seguinte:

- Cento e quarenta e um (141) Consultores em Pesquisa Agropecuária para a EMBRAPA.
- Seis (6) Consultores em diferentes áreas de Irrigação.
- Três (3) Consultores em Documentação e Informação Agrícola.
- Cinco (5) Consultores em Programação Agrícola.

## 3. FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

3.1 Recursos Financeiros do IICA 1/

Para a implementação do Programa-Operativo de 1981, o Instituto conta com os seguintes recursos financeiros:

|  | US\$           | CR\$          |
|--|----------------|---------------|
| Programas Nacionais .....                | 423.000        | 25.587        |
| Programa dos Trópicos .....              | 90.000         | 5.440         |
| Programa da Família Rural .....          | 60.000         | 3.629         |
| Programa de Sanidade Animal .....        | 182.000        | 11.009        |
| Fundo Simón Bolívar .....                | 80.000         | 4.839         |
| Projeto de Transferência de Tecnologia.. | 40.000         | 2.420         |
| Projeto de Avaliação de Sistema Integra- |                |               |
| do de Educação .....                     | 66.134         | 4.000         |
| TOTAL .....                              | <u>941.134</u> | <u>56.924</u> |

3.2 Recursos Financeiros dos Organismos Nacionais 2/

Através do Ministério da Agricultura e seus organismos vinculados, Ministério do Interior e seus organismos vinculados, Ministério da Indústria e Comércio e seus organismos vinculados, Governos Estaduais e outras instituições, os organismos nacionais participam do financiamento para a execução do Programa-Operativo do Brasil, no ano de 1981, da seguinte forma:

## 3.2.1 Ministério da Agricultura e Organismos Vinculados:

|                             | US\$             | Em Cr\$ 1.000  |
|-----------------------------|------------------|----------------|
| Ministério da Agricultura.. | 554.000          | 33.511         |
| EMBRAPA(Banco Mundial)e BID | 5.480.354        | 331.507        |
| CEPLAC .....                | 210.000          | 16.000         |
| SUDEPE .....                | 100.000          | 6.049          |
| SUB-TOTAL 91) .....         | <u>6.244.354</u> | <u>387.067</u> |

1/ Recursos em dólares convertidos em cruzeiros à taxa de 1 US\$ = Cr\$ 60,40.

2/ Estimativa de recursos à taxa de 1 US\$ = Cr\$ 60,40, e Cr\$ 76,19 no caso da CEPLAC.

3/ Recursos dos empréstimos do Banco Mundial e BID à EMBRAPA administrados pelo IICA.

| 3.2.2 Ministério do Interior e Organismos Vinculados: |                |               |
|---|----------------|---------------|
|   | US\$           | Em Cr\$ 1.000 |
| Ministério do Interior                                | 316.140        | 19.123        |
| SUDENE .....  | 306.248        | 18.525        |
| CODEVASF .....  | <u>138.731</u> | <u>8.392</u>  |
| SUB-TOTAL (2) .....                                   | 761.119        | 46.040        |

| 3.2.3 Ministério da Indústria e Comércio: |                |               |
|---|----------------|---------------|
|   | US\$           | Em Cr\$ 1.000 |
| SUDHEVEA .....                            | <u>524.179</u> | <u>31.708</u> |
| SUB-TOTAL (3) .....                       | 524.179        | 31.708        |

| 3.2.4 Governos Estaduais: |               |               |
|---------------------------|---------------|---------------|
|                           | US\$          | Em Cr\$ 1.000 |
| Governo da Bahia .....    | 458.040       | 27.707        |
| Governo do R.G.do Sul.    | 217.100       | 13.132        |
| Governo de Pernambuco.    | 100.000       | 6.049         |
| Governo do Ceará .....    | 100.000       | 6.049         |
| Governo do Amazonas...    | 50.000        | 3.024         |
| Governo do Esp. Santo.    | 100.000       | 6.049         |
| Governo Munic. S.Paulo    | <u>48.635</u> | <u>2.942</u>  |
| SUB-TOTAL (4) .....       | 1.073.775     | 64.952        |

| 3.2.5 Outras Instituições:   |               |               |
|--|---------------|---------------|
|  | US\$          | Em Cr\$ 1.000 |
| Instituto de Pesquisas<br>Tecnológicas do Estado<br>de São Paulo <u>1/</u> ..... | <u>22.000</u> | <u>1.331</u>  |
| SUB-TOTAL (5) .....  | 22.000        | 1.331         |

3.2.6 Resumo dos Recursos Financeiros dos Organismos Nacio  
nais:

---

1/ Recursos provenientes de empréstimo do BID.

### 3.2.6 Resumo dos Recursos Financeiros dos Organismos Nacionais:

|  | US\$             | Em Cr\$ 1.000  |
|--|------------------|----------------|
| Ministério da Agricultura e Organismos Vinculados..              | 6.244.354        | 387.067        |
| Ministério do Interior e Organismos Vinculados ...               | 761.119          | 46.040         |
| Ministério da Indústria e Comércio e Organismos Vinculados ..... | 524.179          | 31.708         |
| Governos Estaduais .....   | 1.073.775        | 64.952         |
| Outros .....   | 22.000           | 1.331          |
| TOTAL .....  | <u>8.725.427</u> | <u>531.098</u> |

### 3.3 Resumo dos Recursos Totais:

|                                | US\$             | Em Cr\$ 1.000  |
|--------------------------------|------------------|----------------|
| Do IICA .....                  | 941.134          | 56.924         |
| Dos Organismos Nacionais ..... | <u>8.725.427</u> | <u>531.098</u> |
| TOTAL GERAL .....              | <u>9.666.561</u> | <u>588.022</u> |



ANEXO 1

Estrutura Técnico-Administrativa do Escritório do IICA/Brasil



## ANEXO I

### INSTRUÇÃO INTERNA II/BR-06/80

Estrutura Técnico-Administrativa do Escritório do IICA/Brasil

#### A. INTRODUÇÃO

1. A natureza, o volume e a diversidade das atividades que tem o Escritório do IICA/Brasil, bem como o tamanho do quadro de pessoal e sua distribuição em várias bases de operações no Território Nacional, impõem a necessidade de uma adequada programação, coordenação e controle das atividades.

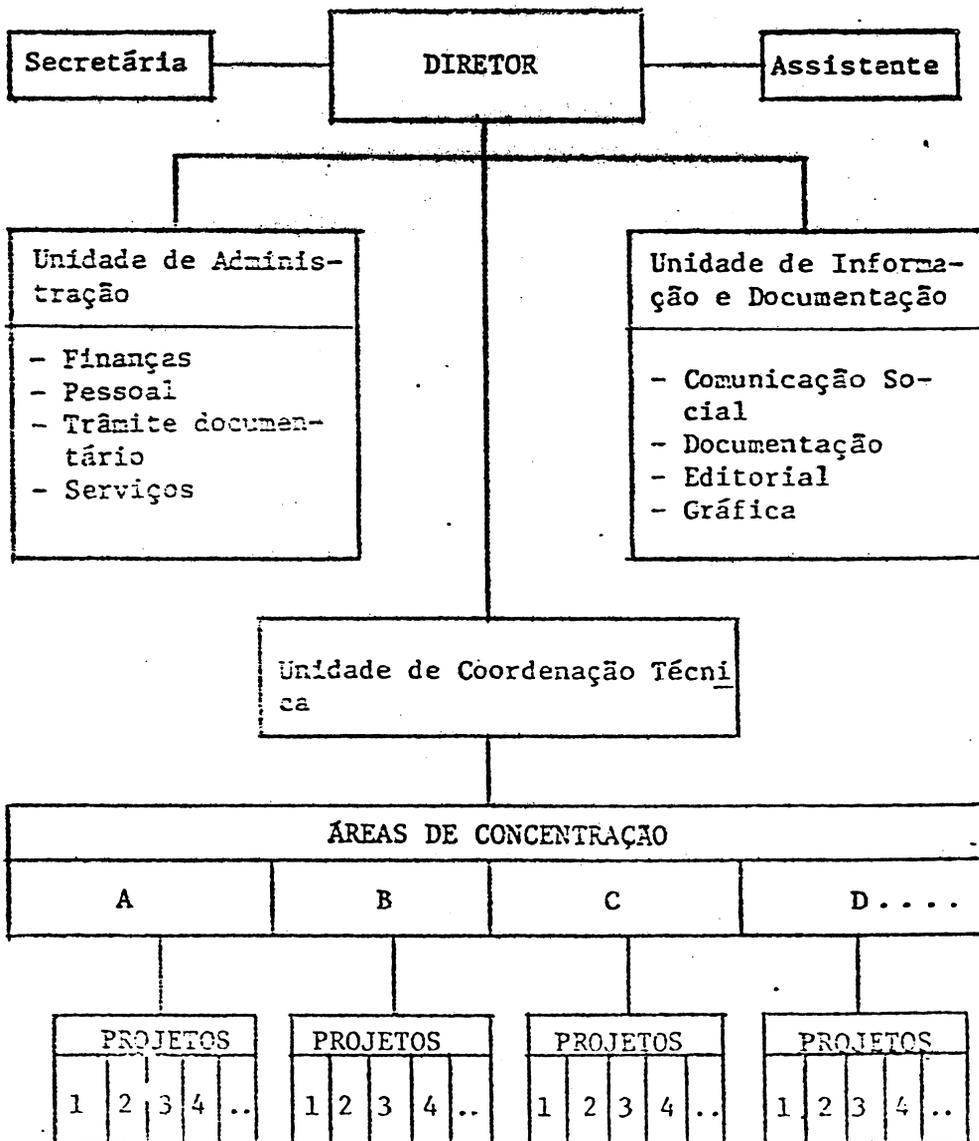
2. Desta forma, com o propósito de que o Escritório conte com uma estrutura orgânica que permita a utilização mais racional dos seus recursos humanos e financeiros, em consonância com as políticas, regulamentos, normas e procedimentos do Instituto, fica estabelecida a estrutura técnico-administrativa constante desta Instrução Interna.

3. A implantação desta estrutura se fará em forma gradual e se completará quando o Escritório IICA/Brasil for definitivamente instalado em Brasília.

#### B. ESTRUTURA

4. A concentração dos esforços de cooperação técnica do Instituto no Brasil em "Áreas de Concentração", compreendidas nas Linhas de Ação do IICA, permitirá que os Projetos e Atividades, com potencialidade para produzir impacto significativo do tipo institucional e, manifestamente, de caráter econômico e social, sejam implantados em forma coordenada e melhor correspondam às prioridades das políticas de desenvolvimento agropecuário e de bem-estar rural definidas pelo Governo.

5. Com este propósito, a estrutura técnico-administrativa, compreenderá a Unidade de Coordenação Técnica, a Unidade de Administração e a Unidade de Informação e Documentação, sob a coordenação geral do Diretor do Escritório, deverá desenvolver uma ação integrada, com o fim de que a cooperação técnica prestada pelo Instituto corresponda aos interesses prioritários do país no setor agropecuário, segundo o organograma seguinte:



## B.1 Diretor

6. O Diretor do Escritório é a autoridade superior do Instituto no país, e, como seu Representante, promoverá e manterá as relações oficiais e de cooperação técnica do IICA com as autoridades e instituições governamentais e demais órgãos e entidades públicas, privadas e internacionais, sediados no país. Tendo em conta as atribuições conferidas no Manual de Operações, as funções específicas do Diretor serão as seguintes:

- a. representar a Direção Geral, constituir-se em intérprete das políticas do Instituto e fazer projetar uma imagem adequada deste;
- b. estimular e fortalecer o relacionamento do Instituto com as instituições nacionais e internacionais, bem como com entidades públicas e privadas, que tenham relação com o desenvolvimento agrícola e rural, e mais particularmente com o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- c. manter atualizadas as "Diretrizes para a Ação do IICA" no País;
- d. aprovar o Projeto de Programa Operativo do IICA no Brasil e submetê-lo à consideração da Direção Geral;
- e. estabelecer a estrutura técnico-administrativa do Escritório;
- f. dirigir e controlar as atividades técnicas e administrativas do Escritório, de acordo com o Plano Operativo aprovado pela Direção Geral e os regulamentos do Instituto;
- g. promover programas de Cooperação Técnica recíproca, com o objetivo de estimular o intercâmbio técnico-científico e a transferência de tecnologia entre instituições nacionais, e do país com o exterior;
- h. coordenar as ações do Escritório compreendidas em Programas Multinacionais, bem como prestar serviços técnicos dentro ou fora do país, de acordo com os respectivos planos operativos;
- i. promover e negociar convênios, contratos, ajustes e acordos com instituições nacionais, públicas ou privadas, e organizações internacionais, com o objetivo de desenvolver atividades de cooperação técnica financiadas com recursos provenientes de cotas ou de extracotas.
- j. manter o relacionamento técnico e administrativo do Escritório com a Direção Geral e buscar o intercâmbio técnico com outras Unidades do IICA;
- l. apresentar à Direção Geral os relatórios técnicos e administrativos que sejam requeridos;
- m. diligenciar o recebimento da Cota do Governo do Brasil, bem como os recursos provenientes de outras fontes;
- n. velar pela correta utilização dos recursos financeiros de cotas e extracotas, administrando-os de acordo com os regulamentos e normas do Instituto, assim como os termos dos acordos, convênios, contratos ou ajustes que o Instituto administre;

- o. administrar o pessoal do IICA sediado no Brasil e supervisionar as suas atividades de acordo com os regulamentos e normas do Instituto, e a legislação trabalhista do país, segundo seja o caso;
- p. admitir ou demitir os membros de Pessoal Profissional Nacional e de Serviços Gerais, e fixar as respectivas remunerações, de acordo com as normas administrativas do Instituto;
- q. expedir as "Instruções Internas" que sejam necessárias para o desenvolvimento das atividades e a administração dos recursos financeiros, de pessoal, e de bens e serviços.

### B.1.1. Assistente

7. É o assessor direto do Diretor. Tem as funções seguintes:

- a. colaborar no estudo e análise dos assuntos técnicos e administrativos que devam ser considerados pelo Diretor;
- b. Diligenciar sobre assuntos concernentes às relações institucionais do IICA e do Escritório, e ao atendimento de consultas de natureza técnica ou pedidos de informação relacionadas com bolsas de estudo, seminários, reuniões, e outros de caráter geral;
- c. manter ordenado o fluxo dos documentos, processos e correspondência que tramitam no Gabinete do Diretor;
- d. examinar o expediente a ser considerado pelo Diretor, preparando uma ementa sobre o seu conteúdo e as possíveis alternativas de despacho;
- e. diligenciar para que os despachos e determinações do Diretor se cumpram devidamente;
- f. elaborar as minutas de convênios, contratos ou ajustes, e os respectivos planos de operação, em consulta com as Unidades, tendo em conta os requisitos dos organismos de contrapartida e as políticas do Instituto;
- g. preparar a correspondência que deva ser firmada pelo Diretor;
- h. buscar solução para assuntos que não requeiram necessariamente a atenção imediata do Diretor;
- i. manter o relacionamento do Gabinete com as Unidades que integram o Escritório do IICA no Brasil e as bases de operação dos projetos.

### B.2 Unidade de Coordenação Técnica

8. Terá a função básica de assessorar o Diretor nos aspectos técnico-operacionais de execução dos programas do IICA no Brasil. Será constituída por uma equipe interdisciplinar de especialistas que serão responsáveis pela supervisão da execução dos projetos compreendidos nas Áreas de Concentração da ação do IICA no Brasil. Os seus integrantes atuarão em forma harmônica e articulada, para que haja a interação de conhecimentos e experiências e a complementação das ações.

9. Cada integrante, exceto o Coordenador da Unidade, além de ser responsável pela coordenação de uma Área de Concentração, coordenará a execução de um ou mais projetos. Um dos integrantes atuará como Coordenador da Unidade.

10. Os projetos se classificarão em uma das Áreas de Concentração, de acordo com o seu objetivo ou componente principal, sem prejuízo de que possam contar com o apoio técnico dos demais integrantes da Unidade nos diversos aspectos interdisciplinares que possam estar neles compreendidos.

11. A Unidade de Coordenação Técnica terá as funções seguintes:

- a. acompanhar a problemática do setor agropecuário do País e a análise das diretrizes do desenvolvimento agrícola e rural, dentro do contexto da política nacional de desenvolvimento, com a finalidade de identificar os problemas a serem focalizados pelo IICA no Brasil e formular propostas para a elaboração de programas, projetos e atividades, em consonância com o marco de prioridades dos programas ou planos do Governo;
- b. manter-se informada sobre os planos multinacionais de integração, e os planos, metas e atividades de outros organismos que afetem o setor agropecuário do país e da Área: 4;
- c. coordenar e supervisionar a elaboração do Programa Operativo do IICA no Brasil, para a implementação dos programas através de projetos;
- d. supervisionar, assessorar e apoiar a elaboração dos projetos e a sua execução por parte dos Coordenadores de Projeto, avaliando os progressos alcançados e o logro final dos seus objetivos;
- e. elaborar perfis de projetos, em consulta com as equipes técnicas e administrativas do IICA no Brasil, para servir de base na negociação com organismos nacionais e internacionais;
- f. elaborar ou revisar de acordo com as normas estabelecidas pela Direção Geral, a descrição de cargo dos consultores a serem contratados;
- g. analisar os relatórios elaborados pelos Coordenadores de Projeto, particularmente aqueles que se destinem a organismos com os quais sejam executados projetos de cooperação técnica;
- h. supervisionar e coordenar a elaboração dos relatórios OP-1 (Trimestral), OP-4 (Final de Atividades) e OP-6 (Avanço de Projeto), bem como a remessa destes à Direção Geral, depois de aprovados pelo Diretor do Escritório;
- i. elaborar e submeter à apreciação do Diretor do Escritório o relatório OP-7 (Anual de País);
- j. preparar e coordenar a elaboração de documentos e publicações com o objetivo de divulgar os conhecimentos e experiências resultantes da execução de programas ou projetos, bem como da análise de questões específicas de caráter técnico, econômico ou social, para imprimir às atividades do IICA um efeito inovador, catalítico e multiplicador;
- l. recomendar à Unidade de Informação e Documentação a aquisição, ou a obtenção por qualquer outra forma, de livros, documentos e outros materiais bibliográficos que sirvam de apoio aos programas e projetos em processo de elaboração ou execução;
- m. encaminhar à Unidade de Informação e Documentação elementos informativos relacionados com os programas ou projetos para fins de divulgação nos veículos de informação do IICA e órgãos da imprensa falada ou escrita.

B.2.1 Coordenador de Projeto

12. É o responsável direto pela programação e execução das atividades do Projeto nas respectivas bases de operação, de acordo com as normas técnicas e administrativas do Instituto.

13. O Coordenador de Projeto terá as funções seguintes:

- a. manter estreito relacionamento com as instituições às quais é prestada cooperação técnica e com a Unidade de Coordenação Técnica do Escritório;
- b. proporcionar, ao organismo objeto da cooperação técnica, assessoria nos aspectos técnicos, financeiros e administrativos para a elaboração do respectivo projeto;
- c. elaborar, com a colaboração dos técnicos vinculados ao projeto, o respectivo Programa Operativo, segundo as normas do Instituto;
- d. facilitar o apoio logístico e técnico aos especialistas que colaboram no projeto;
- e. estimular a preparação de documentos e trabalhos técnicos ou científicos por parte dos especialistas que participam no projeto;
- f. diligenciar no sentido de que os recursos para o financiamento do projeto, provenientes de fontes externas sejam liberados na devida oportunidade, de forma a manter o desenvolvimento regular das atividades;
- g. coordenar as atividades de pessoal técnico e administrativo para que sejam cumpridas a satisfação as ações programadas e sejam alcançados os objetivos do projeto;
- h) velar pela observância das normas técnicas, administrativas e financeiras adotadas pelo Instituto.
- i) preparar os relatórios sobre o projeto, para que sejam apresentados dentro dos prazos previstos e de conformidade com as normas estabelecidas pelo Instituto e pelas cláusulas dos convênios.

### B.3 Unidade de Administração

14. Como Unidade assessora do Diretor, terá a responsabilidade de coordenar e supervisionar o trâmite documentário e os assuntos de administração de pessoal, finanças e serviços, na sede do Escritório e nas bases de operação dos projetos do IICA no Brasil, de acordo com as disposições constantes dos Manuais de Administração do Pessoal e de Contabilidade, Finanças e Administração de Bens, e as medidas complementares.

15. A Unidade de Administração terá um Administrador e cumprirá suas funções através dos setores seguintes:

- Finanças
- Pessoal
- Trâmite documentário
- Serviços

16. Terá as funções seguintes:

- a. velar para que as operações administrativas e de execução dos orçamentos, de cotas ou de extracotas, sejam cumpridas segundo os procedimentos tanto do IICA como das instituições contratantes, de conformidade com os respectivos convênios, acordos, contratos, ajustes, etc;
- b. manter o controle dos gastos de todos os Projetos e Atividades do IICA no Brasil, de conformidade com o Orçamento-Programa e o Programa Operativo aprovados, informando ao Diretor sobre a situação administrativa e financeira dos mesmos e fazendo as recomendações que julgar necessárias;

- c. proporcionar ao Diretor do Escritório, ao Coordenador da Unidade de Coordenação Técnica e aos Coordenadores de Projeto um demonstrativo mensal da situação financeira do Escritório e de cada Projeto, quer sejam financiados com recursos de cotas ou de extracotas;
- d. diligenciar para que as prestações de contas e relatórios financeiros sobre os recursos provenientes de qualquer fonte sejam apresentados dentro dos prazos estabelecidos e de conformidade com as normas e condições que tenham sido estipuladas para a sua aplicação e comprovação;
- e. controlar as contribuições previstas em Convênios, Ajustes, Contratos, etc, diligenciando para que as liberações de recursos sejam feitas oportunamente, dentro dos prazos estabelecidos nos compromissos pactuados;
- f. participar na elaboração do componente administrativo-financeiro de projetos e das minutas de Convênios, Ajustes, Contratos, etc., a serem negociados pelo IICA;
- g. orientar os funcionários do Escritório e em particular os Coordenadores de Projeto, sobre os procedimentos administrativos, contábeis e financeiros, previstos nos Manuais do Instituto e nos Convênios, Ajustes, Contratos, etc.;
- h. velar pelo cumprimento das disposições constantes dos Manuais do Instituto e atos complementares;
- i. realizar estudos sobre a situação do mercado de trabalho como elementos de apoio a propostas de revisão das escalas de salários do pessoal de nível nacional;
- j. rever os aspectos administrativos de descrição de cargos de pessoal de serviços gerais e de consultores, que devam ser admitidos ou contratados;
- l. custodiar os Documentos Oficiais de Viagem da OEA e manter o controle da vigência dos mesmos
- m. velar pela observância das disposições e instruções do Ministério das Relações Exteriores que se relacionem com o Pessoal Profissional Internacional do IICA sediado no Brasil, especialmente as normas concernentes à importação, aquisição de veículos e concessão de vistos em passaportes e o uso destes documentos, entre outras;
- n. coordenar e controlar a compra e o consumo de materiais, equipamentos e veículos e a contratação de serviços de terceiros;
- o. velar pela manutenção das instalações físicas, equipamentos e veículos, assim como prover os serviços auxiliares necessários para o bom funcionamento do Escritório;
- p. assegurar o trâmite interno de recepção, circulação, despacho, controle e arquivo da correspondência, de conformidade com as normas regulamentares do Sistema de Trâmite Documentário do IICA.

#### B.4 Unidade de Informação e Documentação

17. Como Unidade assessora do Diretor, terá a responsabilidade de coordenar e supervisionar os assuntos de comunicação social e os serviços de editora e de gráfica.

18. A Unidade de Informação e Documentação terá um Coordenador e cumprirá as suas funções através dos setores seguintes:

- Comunicação
- Documentação
- Editorial
- Gráfica

19. A Unidade terá as funções seguintes:

- a. promover o fortalecimento da imagem do IICA, através dos órgãos da imprensa falada e escrita e outros meios de comunicação apropriados para os diversos públicos pertinentes;
- b. coordenar a participação ativa do IICA em congressos, reuniões e outros eventos organizados por outras instituições, nacionais ou internacionais no país e no exterior;
- c. coordenar a organização de seminários, cursos e reuniões, quanto ao planejamento de infra-estrutura e dos serviços necessários;
- d. elaborar os materiais audiovisuais e outros sobre a atuação do IICA no Brasil e promover o seu uso adequado;
- e. coordenar a distribuição oportuna e adequada dos materiais de divulgação sobre o Instituto;
- f. promover o intercâmbio de informação entre os técnicos do IICA no Brasil sobre as atividades desenvolvidas em seus diferentes projetos;
- g. coordenar a preparação e envio oportuno do material informativo para publicação nos veículos de divulgação próprios do Instituto;
- h. assegurar o bom nível editorial do material escrito, falado, fotográfico e sonoro produzido pelo ou para o Escritório;
- i. promover e controlar a publicação dos documentos técnicos do Pessoal Profissional no Brasil nas séries oficiais do IICA e em outras publicações externas;
- j. promover e coordenar os trabalhos de publicação e editoração relacionados com o Programa de Livros e Materiais Educativos do IICA no Brasil;
- l. supervisionar a tradução de materiais de interesse do Escritório, incluindo a seleção de tradutores;
- m. promover o apoio documentário necessário para o desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas do Escritório;
- n. manter a coleção de documentos básicos e de livros e outros materiais bibliográficos de consulta ou referência, relacionados com a política agrícola e de desenvolvimento rural no país e as Áreas de Concentração do IICA no Brasil;
- o. custodiar as publicações do Programa de Livros e Materiais Educativos e de outras séries de publicações do Instituto e controlar a sua distribuição e venda;
- p. coordenar a produção do material escrito, falado, fotográfico e sonoro pelo ou para o Escritório, segundo as normas e padrões pré-estabelecidos com base nas políticas do Instituto sobre a matéria.

*José Irineu Cabral*

José Irineu Cabral  
Diretor, Escritório IICA/Brasil

## S I G L A S

|                                      |        |
|--------------------------------------|--------|
| Diretor                              | D/E    |
| Unidade de Administração             | UNA    |
| Unidade de Informação e Documentação | UNIDO  |
| Unidade de Coordenação Técnica       | UNICOT |
| Área de Concentração                 | AC     |

### Setores

|                      |        |
|----------------------|--------|
| Finanças             | SEFIN  |
| Pessoal              | SEPE   |
| Trâmite Documentário | SETRAD |
| Serviços             | SESE   |
| Comunicação Social   | SECOS  |
| Documentação         | SEDO   |
| Editorial            | SEDI   |
| Gráfica              | SEGRA  |





